

**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA NANSI OLIVEIRA DA SILVA

**A PERCEÇÃO DOS IDOSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DO GRUPO CONVIVER
EM SUAS VIDAS**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2010

MARIA Nanci OLIVEIRA DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DO GRUPO CONVIVER
EM SUAS VIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade Leão Sampaio, sob orientação da Professora Especialista Pautília Ferraz Araruna

JUAZEIRO DO NORTE/ CE

2010

**A PERCEÇÃO DOS IDOSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DO GRUPO CONVIVER
EM SUAS VIDAS**

MARIA Nanci OLIVEIRA DA SILVA

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA:

Professora Mestre Roseane Lucena Lima
Faculdade Leão Sampaio

Professora Mestre Márcia de Souza Figueiredo Teotônio
Faculdade Leão Sampaio

ORIENTADORA:

Professor Especialista Pautília Ferraz Araruna
Faculdade Leão Sampaio

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu grande e eterno amor, incentivador, companheiro e amigo, meu marido, que sem ele não conseguiria realizar muitas coisas em minha vida.

As minhas filhas Rossana e Kamyla, porque sem elas a vida não teria o menor sentido. Sou grata pelo amor que une esta família.

Aos meus pais, Miguel Homem e Joanita Oliveira (Ambos in memoriam), que me ensinaram bons princípios, dedicação ao trabalho, perseverança e amor ao próximo, e sem os quais certamente não tido forças para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS:

A cada vitória o reconhecimento devido ao meu DEUS, pois só Ele é digno de toda honra, glória e louvor.

Senhor, obrigada pelo fim de mais essa etapa em minha vida.

As minhas colegas, Zuíta, Juliana, Mossicléia, Claudia, Eunice e Cleide, que compartilharam não apenas nos momentos felizes, mas especialmente contribuíram nos momentos difíceis para que atingisse meus objetivos.

A minha orientadora Pautília Ferraz pela compreensão e carinho e ensinamentos, cujos temas foram de fundamental importância para a elaboração desse trabalho.

A professora Ilsa, que no momento mais difícil da minha vida (A perda dos meus pais) soube ser paciente e me compreender.

Ao professor Said;

A professora Roseane Lucena Lima;

A coordenadora do curso Márcia de Souza Figueiredo Teotônio.

DURANTE ESTE TRABALHO...

As dificuldades não foram poucas...

Os desafios foram muitos...

Os obstáculos, muitas vezes, pareciam intransponíveis. Muitas vezes me senti só, e assim, o estive...

O desânimo quis contagiar-me, porém, a garra e a tenacidade foram mais fortes, sobrepondo esse sentimento, fazendo-me seguir a caminhada, apesar da sinuosidade do caminho.

Agora, ao olharmos para trás, a sensação do dever cumprido se faz presente e podemos constatar que as noites de sono perdidas, o cansaço dos encontros, os longos tempos de leitura, discussão; a ansiedade em querer fazer e a angústia de muitas vezes não o conseguir, por problemas estruturais, não foram em vão.

Aqui estou, como sobrevivente de uma longa batalha, porém, muito mais forte e hábil, com coragem suficiente para mudar a minha postura.

Apesar de todos os percalços...

*Quando você quiser algo, lute por ele, porque algum dia
você vai conseguir e vai ter a certeza de que tudo que fez
valeu a pena...*

RESUMO

A presente monografia constitui-se no trabalho de conclusão de Curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio. Tem como objetivo compreender a percepção dos idosos do Grupo Conviver, de Juazeiro do Norte-CE, sobre a influência do grupo em suas vidas. Abordamos conceitos e percurso histórico das políticas sociais, principalmente da assistência social no Brasil. Discutimos acerca da conceituação da velhice, bem como de suas dimensões constitutivas. Trabalhamos ainda os principais dispositivos legais na defesa dos direitos da pessoa idosa, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Em relação a definição metodológica, optamos por uma análise quanti-qualitativa, e como técnica de coleta de dados, o questionário. O universo da pesquisa foi constituído pelos idosos do Grupo Conviver, sendo que definimos uma amostragem de 10%. Em relação aos resultados confirmamos que o Grupo assume grande importância para os participantes, principalmente ao que se remete ao respeito e a garantia do direito ao lazer.

PALAVRAS-CHAVES: Idosos; Velhice; Grupo Conviver;

ABSTRACT

This monograph constitutes the completion of course work of Social Work Faculty Leo Sampaio. Aimed at understanding the perception of elderly people in Group Living in Juazeiro do Norte-CE, on the group's influence in their lives. Deal with concepts and historical background of social policies, mainly social assistance in Brazil. We discussed about the concept of old age, as well as their constitutive dimensions. We also work the main legal provisions in protecting the rights of the elderly, such as the National Policy for the Elderly and the Elderly. For methodological definition, we chose a qualitative analysis-Quantar, and as a technique for data collection, the questionnaire. The research was composed of elderly people in Group Living, and define a sample of 10%. In the results confirm that the Group is of great importance for the participants, especially when it refers to respect and guarantee the right to leisure.

KEY WORDS: Elderly, Old Age and Group Living;

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1. IDADE DOS ENTREVISTADOS | 47 |
| GRÁFICO 2. SEXO DOS ENTREVISTADOS | 48 |
| GRÁFICO 3. ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS..... | 49 |
| GRÁFICO 4. RENDA FAMILIAR | 50 |
| GRÁFICO 5. COMPOSIÇÃO FAMILIAR | 51 |
| GRÁFICO 6. PESSOAS QUE CONVIVEM NA MESMA CASA..... | 52 |
| GRÁFICO 7. MEIO DE CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO GRUPO..... | 53 |
| GRÁFICO 8. SENTIMENTO EM RELAÇÃO AO GRUPO..... | 53 |
| GRÁFICO 9. SIGNIFICADO DO GRUPO PARA OS IDOSOS..... | 54 |
| GRÁFICO 10. ATIVIDADES REALIZADAS NO GRUPO DE PREFERÊNCIA DOS IDOSOS..... | 55 |
| GRÁFICO 11. SENTIMENTOS QUE MARCAM A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO..... | 56 |
| GRÁFICO 12: JUSTIFICATIVA DE IMPORTÂNCIA DO GRUPO..... | 56 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| CF/1998 | Constituição Federal de 1988 |
| CMI –..... | Conselho Municipal do Idoso |
| CNSS | Conselho Nacional de Serviço Social |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado da Assistência Social |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| NOB/ SUAS | Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social |
| PBT –..... | Piso Básico de Transição |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| SAM | Serviço de Amparo ao Mendigo |
| SEASC | Secretaria de Assistência Social Cidadania |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SUAS | Sistema Único da Assistência Social |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I | 15 |
| 1.0. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DESSE PERCURSO..... | 15 |
| 1.1. O Sistema Capitalista e as Políticas Sociais..... | 15 |
| 1.2. A Constituição do <i>Welfare State</i> | 18 |
| 1.3. A construção sócio-histórica da assistência social..... | 19 |
| 1.4. A Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da assistência social como política pública..... | 24 |
| 1.5. A aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único da Assistência Social..... | 26 |
| CAPÍTULO II | |
| 2.0. A VELHICE E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO IDOSO SOBRE SUA CONDIÇÃO | 29 |
| 2.1 A velhice como fenômeno complexo..... | 30 |
| 2.2. As representações sociais dos idosos..... | 35 |
| 2.3. A representação do idoso nas instituições sociais..... | 38 |
| 2.4. A Regulamentação dos Direitos dos Idosos..... | 39 |
| CAPÍTULO III | |
| Analizando o Grupo Conviver | |
| 3.0. Apresentação e Análise de Dados..... | 42 |
| 3.1. Conhecendo o Campo de Pesquisa | 42 |
| 3.2. Procedimentos metodológicos..... | 45 |
| 3.3. Apresentação de Análise de dados..... | 47 |
| Considerações Finais..... | 59 |
| Referencias..... | 61 |
| Anexos..... | 63 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta das reflexões teóricas e da pesquisa de campo realizadas no decorrer do primeiro semestre de 2010, como requisito para a conclusão do Curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio.

As discussões acerca da velhice tem sido relevante junto a sociedade nos últimos anos, não apenas em caráter nacional, mas mundial. Tais discussões são resultados de um amplo processo de transição demográfica vivida pela população mundial nos últimos anos.

A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso são marcos de extrema importância na defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa. Com a aprovação da Política Nacional da Assistência Social, as proteções sociais básica e especial também colocam em evidência a pessoa idosa como público de intervenção da área.

Percebe-se, portanto, que a temática tem sido objeto não apenas de discussões teóricas, mas de elaboração de políticas públicas específicas para o segmento. Os Grupos de Convivência para idosos aparecem como estratégia largamente utilizadas nos municípios, para fomentar a socialização e lazer dos idosos.

Entretanto, como existe historicamente uma longa distância entre aquilo que é proposto na lei e aquilo que se efetiva na prática, tais instrumentos legais passam por constantes desmandos, não contemplando, portanto, aquilo á que se propõem.

A realidade dos Grupos de Convivência é bastante problemática. A vivência da Disciplina de Estágio Curricular obrigatório possibilitou a observação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Bairro Jardim Gonzaga da Cidade de Juazeiro do Norte. Esta foi, uma experiência com muitos aprendizados.

No CRAS funcionou um Grupo de Idosos, que observado, pode-se perceber significados diferenciados a realidade vivenciada por os idosos nos grupos. Tal constatação fez despertar o interesse em compreender melhor a dinâmica desses grupos.

No entanto, devido a mudanças administrativas o CRAS passou por inúmeras mudanças, sendo que o Grupo de Idosos encerrou suas atividades. Mas, a experiência de

trabalho com idosos já é longa, advindo de outros espaços, como na própria Secretaria de Assistência Social (SEASTC), de Juazeiro do Norte.

Na SEASTC funciona o Grupo Conviver, onde pôde-se observar realidades que também apontavam para as primeiras considerações sobre a importância dos grupos para pessoa idosos.

Define-se portanto, o Grupo Conviver como universo dessa Pesquisa, que tem como objetivo a compreensão a percepção dos idosos participantes, sobre a influência e os impactos do Grupo em suas vidas.

Tal objetivo foi definido considerando a relevância da temática, já que os idosos tem direito a socialização, a informação, a cultura e ao lazer, conforme o Estatuto do Idoso. Uma vez que tais espaços devem favorecer a garantia desses direitos, a problemática em questão se torna relevante, já que a importância do Grupo na vida dos idosos é fator fundamental na garantia de seus direitos.

As questões que nortearam a pesquisa foram definidas na seguinte perspectiva: os idosos que participam do Grupo Conviver constroem suas percepções acerca do referido serviço partindo das suas experiências coletivas e individuais do grupo de convivência, mas tais percepções muitas vezes não direcionam ao reconhecimento do serviço como um espaço de direitos.

E ainda que a construção da auto-imagem do idoso dentro do grupo de convivência perpassa por aspectos que dizem respeito a sua aceitação ou não aceitação no espaço e pela dinâmica vivenciada no cotidiano do próprio grupo.

Nesse sentido a construção teórica que segue está estruturada em três capítulos que articulam as principais idéias da temática, bem como os principais resultados obtidos na realização da pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado: “**A construção sócio-histórica da Política Social e da Assistência Social: uma análise desse percurso**”, apresenta as principais características da política social como estratégia do governo de enfrentamento da questão social, sendo que seu surgimento remete-se às lutas operárias por melhores condições de vida e trabalho.

Sua principal expressão se deu no *Welfare State*, experiência vivenciada, principalmente na Europa. Tratar-se-á também da Assistência Social, seu caráter

assistencialista e focalista na realidade brasileira, sendo muitas vezes usada na ótica do favor e da caridade.

No segundo capítulo, o qual está intitulado de: **“A velhice e a representação social do idoso sobre sua condição”**, trata-se da definição conceitual sobre a velhice, entendida como um fenômeno complexo, demarcada por, os diversos fatores biológico, social e psicológico.

Apresenta-se nesse capítulo as principais abordagens acerca da temática, bem como da construção da consciência social do sujeito, e de como ele dá significado as suas vivências e relações sociais. Discute-se ainda a legislação relativa a pessoa idosa, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

No terceiro capítulo, denominado: **“Apresentação e análise de dados”**, traça-se uma correlação entre as questões norteadoras, a pesquisa bibliográfica e os dados obtidos em campo.

Apresenta-se os procedimentos metodológicos, bem como o universo e os sujeitos da pesquisa, os quais delimitou-se a partir da necessidade particular do estudo, constituindo-se num trabalho quanti-qualitativo.

A Pesquisa é de natureza descritiva. Segundo Gil (2007), as pesquisas deste tipo tem como principal objetivo descrever detalhadamente as características peculiares de uma dada população ou de um determinado fenômeno, ou também estabelecer relação entre diferentes variáveis.

Adotou-se o método monográfico, já que é permitido o estudo em profundidade da temática proposta. O universo de pesquisa foi o Grupo Conviver da SEASTC, que conta com 260 inscritos, sendo delimitada uma amostra de 10% do total, que corresponde a 26 idosos, por ser os que apresentam maior participação e aceitaram participar da pesquisa.

CAPÍTULO I

1. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DESSE PERCURSO

Neste capítulo será feita uma discussão acerca da contextualização do surgimento da política social nos países de industrialização avançada, partindo do entendimento da complexidade da questão, visto ser a política social uma estratégia de intervenção na questão social bastante peculiar. Num primeiro momento analisaremos esse processo num nível mundial, e posteriormente serão discutidas algumas características da política social no Brasil.

O capítulo tem por objetivo apresentar as principais características da política de Assistência Social no Brasil, sua história, particularidades e funções, propondo uma discussão crítica sobre o processo de institucionalização.

1.1 O Sistema Capitalista e as Políticas Sociais

O sistema capitalista é um modo de produção em que sua base estrutural está pautada na apropriação dos meios de produção por uma classe e pela classe proletária, a qual tem apenas a força de trabalho como mão de obra transformada em mercadoria para a sua sobrevivência.

Segundo Marx (2003) essa estrutura é marcada pela exploração de uma classe sobre a outra, sendo que o capital detém o domínio sobre a classe trabalhadora, o que somente é possível pelo fato de que esta última se encontra num estado de completa alienação.

O desenvolvimento desse sistema produtivo foi marcado por muitas contradições. Segundo Marilda Vilela Iamamoto (2005) é a entrada do proletariado nas lutas políticas por melhores condições de vida, de trabalho, de educação, de lazer, de moradia, enfim na luta pelos direitos sociais que marca a eclosão das lutas sociais.

Assim, a sociedade capitalista é marcada por lutas, contradições, conflitos que marcam o seu desenvolvimento histórico. Com a expansão da industrialização tem-se também o agravamento das expressões da questão social, pois esta é resultado do sistema excludente e concentrador que é o modo de produção capitalista.

Quando a classe trabalhadora começa a lutar por melhores condições de vida e trabalho e a reivindicar alguns direitos sociais o capital começa a perceber que é preciso atender algumas dessas necessidades para evitar maiores problemas.

As primeiras formas de assistência se deram numa perspectiva de amenizar esses conflitos sociais, eram pautadas na caridade, e, nos primórdios pode ser caracterizada conforme o pensamento de Castel (1998) como “uma Política sem Estado”, pois as primeiras modalidades de proteção se deram diretamente pela atuação do próprio patronato que procurava suprir algumas das demandas dos trabalhadores para amortizar os conflitos existentes.

Assim esse atendimento era feito de acordo com a vontade dos patrões e certamente não poderiam se configurar como direitos e sim como ajuda, bondade ou favor.

O desenvolvimento do Estado foi se processando de modo a atender os interesses do capital. É dentro do Estado que são gestadas as Políticas Sociais.

A existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição das sociedades burguesas, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus primórdios, mas quando tem-se um reconhecimento da questão social, vis a vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário (BEHRING, 2000, p. 22).

Conforme apresentado no pensamento da autora, a Política Social aparece como resposta do Estado à pressão da classe trabalhadora. No entanto, não se pode compreendê-la numa visão romântica como se ela fosse unicamente resultado da atuação da classe trabalhadora, pois ela atende também interesses do capital.

O social torna-se campo de reivindicações coletivas, onde os segmentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das propostas sociais. As formas de incorporação dessas demandas sociais pelo Estado conformam as políticas sociais, sendo

necessário avaliar até onde tais políticas são ou não um avanço para a população (Sposatii, *et al*, 2008, p. 21).

Conforme demonstrado na citação, a Política Social é a forma como o Estado procura atender as reivindicações da classe trabalhadora. O que é contraditório nessa questão é que ao mesmo tempo que atende essas reivindicações, atende também interesses da classe dominante. No caso brasileiro o que marca essas Políticas de Cunho Social, assim como demonstrado por Sposati (*et al*, 2008), é o mecanismo assistencial.

Esse mecanismo presente em todas as Políticas Sociais brasileiras tem conferido um caráter muito distorcido às mesmas, pois elas têm sido repassadas sempre como favor e dificilmente como direito.

É crucial colocar que, existem diversos conceitos, paradigmas, valores e concepções que envolvem a proposição e execução de políticas sociais, o que implica o entendimento da concepção de mundo que marca tais posicionamentos.

Portanto, é preciso ter claro que a proposta assumida neste trabalho é de que ela não é uma estratégia unilateral que atende somente interesses do capital, ou de outro modo somente interesses da classe trabalhadora, mas pelo contrário seu aspecto fundamental é exatamente que ao mesmo tempo que atende interesses de uma determinada classe, atende também da outra.

Segundo Boschetti e Behring (2006) a Política Social não pode ser entendida como engodo nem unicamente como conquista dos trabalhadores, mas nessa complexidade de atender contraditoriamente interesses diferentes.

As primeiras formas de intervenção passam a ser denominadas de Leis dos Pobres. Segundo Pereira (2008) o Estado passa a desenvolver estas práticas quando percebe que somente a caridade cristã não dá mais conta da problemática social. Ainda tratando desta questão, Behring e Boschetti (2006, p. 48) colocam que essas leis:

[...] se espalharam na Europa no período da Revolução Industrial, e tinha alguns fundamentos: estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido, regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não podia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos oferecidos [...] tinham o sentido de liberar a mão-de-obra necessária à instituição da sociedade de mercado.

Pode-se perceber que estas leis tinham um caráter altamente repressivo e visavam manter a ordem e atuar para a constituição de força de trabalho para a expansão da industrialização. Somente aqueles que de fato não podiam trabalhar, os totalmente inaptos para o trabalho é que eram objeto de alguma ação do Estado.

1.2 A constituição do *Welfare State*

Durante muitos anos a política social esteve relegada a ações dispersas e focalistas, além de extremamente seletivas, sendo que durante muito tempo toda e qualquer forma de assistência as classes mais pobres era na maioria das vezes realizada pela Igreja e/ou instituições de caridade.

Essa realidade estava baseada nas idéias liberais, as quais defendiam que o Estado não deveria intervir na economia, nem investir dinheiro público para atender necessidades sociais, para evitar a acomodação e a preguiça das classes pobres. Mas, a entrada dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e de trabalho, tornam a situação cada vez mais gritante, tornando-se insustentável, obrigando assim o Estado a intervir nas expressões da questão social.

É, assim, no final do século XIX, que, em resposta aos conflitos agudizados pela industrialização desregulada que se dava, começam a emergir as primeiras formas de proteção social do Estado. Alguns acontecimentos importantes marcaram a criação das condições favoráveis de efetivação de um novo padrão de proteção social.

Essas mudanças foram de ordem econômica, política e social. Porém, três grandes acontecimentos marcaram este século: a transformação qualitativa das técnicas de produção, iniciada no século XVIII; a eclosão da democracia de massas e a constituição dos Estados Nacionais (Pereira, 2008).

O início do século XX é sacudido pelas conseqüências da crise econômica de 1929-1932, a qual teve seu estopim na queda da Bolsa de Nova York em 1929, e pela Segunda Guerra Mundial, num contexto marcado pela generalização da pobreza, pela fome, pela miséria, pelo desemprego em massa, pela falência de bancos e empresas, enfim pelo caos tanto nos países de capitalismo avançado como nos países da periferia, colocaram em xeque

os suposto liberais. Torna-se claro que a regulação do mercado não é suficiente para manter os níveis de lucro e de organização social desejáveis.

È nesse contexto que se abre espaço a difusão das idéias keynesianas, as quais vão defender o pleno emprego e as políticas sociais universais, os quais vão estar na base de estruturação do Welfare State. Na visão de Keynes o Estado deveria intervir para evitar as crises cíclicas do sistema capitalista. Assim,

[...] a generalização de medidas de seguridade social no capitalismo, [...], se dará no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no qual assiste-se à singular experiência de construção do Welfare State em alguns países da Europa Ocidental – com destaque para o Plano Beveridge (Inglaterra, 1942) –, acompanhada de diversos e variados padrões de proteção social, tanto nos países de capitalismo central, quanto na periferia[...] (BEHRING, 2000, p. 21).

É importante ter claro que a experiência do Welfare State se deu de forma particular em cada realidade. Suas experiências mais significativas se deram na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra e na Alemanha, onde historicamente o Movimento dos Trabalhadores teve maior efetividade.

A Posteriormente, será abordada a política de assistência social no Brasil, considerando suas principais características.

1.3 A construção sócio-histórica da assistência social

Toda essa abordagem é necessária para compreender como é complexa a questão das políticas sociais, condição necessária para compreender a Assistência Social já que também é ela uma Política Social.

A forma mais estruturada da Política Social se deu no chamado Estado de Bem Estar Social. Esse é o termo utilizado para caracterizar os Estados em que o Pleno emprego e garantia dos direitos sociais foram implementados em sua plenitude baseados no Fordismo e Keynesianismo, conforme apontado anteriormente.

Essa estruturação basicamente se deu nos países de capitalismo avançado e não chegou a se consolidar realmente no Brasil. Segundo Marilda Vilela Yamamoto (2005) somente com a implantação do Estado Novo é que se começa a desenvolver Políticas Sociais, “(...) até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social (...)” (SPOSATI, *et al*, 2008, p. 41).

Entretanto, isso se dará dentro desse contexto da Ditadura Vargas onde:

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 154).

Nesse sentido corporativista os direitos sociais vão sendo claramente limitados aos setores de trabalhadores formais. Com isso grande parte da população é excluída do acesso a bens e serviços públicos coletivos.

No entanto, os problemas sociais vão se tornando cada vez mais gritantes exigindo do Estado uma intervenção urgente. A questão social é por vezes tratada como caso de polícia e a pobreza concebida apenas como uma questão circunstancial e não estrutural.

O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais (SPOSATI, *et al*, 2008, p. 27).

O econômico é sempre colocado em primeiro plano e as necessidades sociais da população relegadas à segundo plano. Mas, a própria dinâmica da realidade vai colocar na pauta das elites dominantes a necessidade de investir de alguma forma no social, até mesmo para amenizar os conflitos.

É nessa dinâmica que os atores sociais entram em cena e colocam na arena pública suas necessidades, é assim que:

O social torna-se campo de reivindicações coletiva onde os segmentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das propostas sociais.

[...]

As formas de incorporação dessas demandas sociais pelo Estado conformam as políticas sociais, sendo necessário avaliar até onde tais políticas são ou não um avanço para a população (SPOSATI, *et al*, 2008, p. 21).

As demandas sociais passam a ser incorporadas pelo Estado na medida em que o poder de pressão das classes populares se torna mais forte e suas reivindicações são reconhecidas, e, quando o Estado reconhece que precisa atender algumas dessas demandas para manter a ordem e o controle social sobre a sociedade.

Dessa maneira a Assistência Social aparece como o meio através do qual o Estado pretende dar conta dos excluídos, procurando através dos seus programas, projetos, ações e serviços diminuir as tensões sociais.

A ação assistencial do Estado está imbricada na relação capital-trabalho, se faz nas seqüelas da exploração da força de trabalho, que, por sua vez, se expressam nas precárias condições de vida das classes subalternizadas.

[...]

Isso não significa que o assistencial se constitua um mecanismo que “resolva” ou “dê solução” a esse conjunto de problemas nascidos da contradição fundamental da sociedade capitalista (SPOSATI, *et al*, 2008, p. 28).

A Assistência Social sempre esteve presente em todas as sociedades desde as mais antigas até os dias atuais, pois sempre houve aqueles com condições dignas de sobrevivência e outros sem estas condições.

No Brasil, pelo forte domínio exercido pela Igreja Católica a “atenção com os pobres” esteve por muito tempo sob os cuidados da Igreja. Se for analisado o próprio desenvolvimento do Serviço Social, sua emergência e Institucionalização se deram pela atuação desta Instituição.

Dessa forma pode-se compreender que a forma como essas primeiras práticas de assistência foram desenvolvidas se deram sob orientação moralista, onde os preceitos como a benemerência e a caridade foram as marcas mais profundas e enraizadas na atenção as classes pobres.

Assim, antes que o Estado interviesse diretamente nas necessidades da população, a Igreja já o fazia através das várias entidades beneficentes e filantrópicas, na maioria das vezes dirigidas por representantes da elite brasileira.

No entanto, observa-se que, a industrialização, a urbanização acelerada e desorganizada, bem como o desemprego crescente e o inchaço das grandes cidades fizeram com que os problemas sociais fossem se tornando cada vez mais acirrados exigindo mais do que meras ações caritativas.

É na constituição de 1934 que se tem a primeira referência à Serviços Sociais no Brasil.

A primeira medida legal nesse sentido no âmbito federal será dada apenas em 1938 (Decreto-lei N° 525, de 01.07.38) já soube vigência do Estado Novo e instituído sob o regime de Decreto-lei. Estatui a organização nacional do Serviço Social, enquanto modalidade de serviço público [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 249).

Entretanto, o Conselho restringiu-se a uma atuação mínima, não chegando a ser um organismo forte, limitando-se a ações de burocracia estatal.

Foi no contexto da II Guerra Mundial que tornou algumas questões sociais mais gritantes, que surgiu a primeira grande Instituição de Assistência Social brasileira, que foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

O objetivo da Instituição no momento de sua criação é de prestar assistências aos familiares de pessoas envolvidas no esforço de Guerra, e foi organizada pela primeira-dama do país Darci Vargas.

Passado os efeitos da Guerra a LBA permaneceu atuando na área de Assistência Social passando a ser a grande responsável pela organização e coordenação de Programas nacionais, no entanto, numa atuação pautada na ótica do ajustamento dos indivíduos ao meio.

É válido salientar que de acordo com o Estatuto da Instituição a presidência da LBA estaria a cargo da primeira-dama do país, demonstrando uma marca que em muito ainda se faz presente na assistência social brasileira.

Os anos 1940 foi marcado por uma expansão da indústria brasileira, e mesmo com o desenvolvimento tecnológico e da economia, passando a exigir uma mão-de-obra qualificada.

A partir das novas exigências do capital tem-se o desenvolvimento do que se denominou “sistema S”.

Isso demarca a criação das grandes Instituições autárquicas patronais, que foram: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI,) em 1942; Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946; e ainda a Fundação Leão XIII.

Tais instituições atuavam na educação e qualificação profissional, favorecendo o processo social de reprodução da força de trabalho nos moldes da disciplina, da ordem e dentro das exigências do capital.

Assim, as primeiras instituições de Assistência Social se pautaram nas necessidades colocadas pelo capital e ainda marcado pelo mecanismo assistencial que está presente em todas as políticas sociais brasileiras.

A introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial consagram formas populistas de relação e a benevolência enquanto forma de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas [...]

[...]

É o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito (SPOSATI, *et al*, 2008, p. 29)

A primeira marca no desenho da Assistência Social foi o assistencialismo. O não reconhecimento desta Política como um direito social de responsabilidade pública, fez com que por muito tempo o usuário, sujeito de direito, fosse tido como um mero beneficiário da bondade da elite dominante.

Outro ponto que merece destaque nessa construção sócio-histórica é a relação permanente entre o setor público e o privado na execução da Assistência Social. Essa relação se estabeleceu de modo complexo, onde muitas entidades filantrópicas exerciam atividades tidas como de Assistência Social sendo financiadas pelo próprio Estado.

No entanto, essa abertura para entidades privadas não contou com uma fiscalização séria que possibilitasse a efetividade de forma qualitativa dessas ações, propiciando muitas vezes uma péssima qualidade dos serviços prestados e ainda sua tipificação como sendo bondade daquelas instituições e não como direito do cidadão.

O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) por muito tempo esteve restringido a cadastrar essas instituições, emitir certificado assegurando quais eram aptas ou não a executar ações de Assistência Social, bem como de liberar subvenções e isenções à estas Entidades.

A construção sócio-histórica dessa política se deu, portanto, conforme já se tentou deixar claro, marcada pelo caris conservador e a mistura nada interessante dos âmbitos públicos e privados, onde a filantropia esteve muitas vezes responsável por ações assistenciais o que acabou por lhe dar essa forma conservadora e caritativa que a marca.

1.4A Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da assistência social como política pública

A exposição feita até o momento procurou apresentar a forma como se deu a construção sócio-histórica da Assistência Social, suas características mais marcantes e sua não consolidação como direito social.

A promulgação da Constituição Federal representou um marco fundamental na sociedade brasileira representando mudanças muito abrangentes no que diz respeito a toda ordem de direitos de cidadania, quer de direitos civis, políticos ou sociais.

A promulgação da Constituição marcou a finalização de um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira como um todo. Para adentrar na especificidade da Constituição faz-se necessário primeiramente tratar sobre o Regime Militar que se instaurou no país no período anterior.

O Regime Militar foi sem dúvidas um dos períodos mais sombrios da sociedade brasileira. Segundo Wanderley (2008) foi marcado pela forte repressão política, pela cassação dos direitos políticos, pela abolição de qualquer forma livre de expressão, pela tortura e toda sorte de injustiças sociais, sendo marcado ainda pela forte expansão do parque industrial, mas contraditoriamente pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Ainda que pareça incoerente também foi marcado pela expansão das Políticas Sociais, no entanto, dentro dos limites da repressão e da ordem imposta pelo Regime Ditatorial.

Apoiando-se no pensamento anterior, vê-se que esse regime começa a entrar em crise quando a sociedade civil começa a se mobilizar. A emergência de inúmeros Movimentos Sociais, com forte expressão para o Movimento Estudantil e o Movimento dos Trabalhadores foi decisiva para o processo de redemocratização do País.

O Movimento Constituinte que se desenvolveu a partir de década de 1980 colocou em cena diversos atores políticos que passam a reivindicar o atendimento de suas necessidades, fechando o processo com a promulgação da Constituição de 1988.

Nesta Constituição pela primeira vez no cenário brasileiro tem-se o reconhecimento da Assistência Social como Política de Proteção Social. Na Constituição ela passou a constituir o tripé da Seguridade Social, conforme expresso no artigo 194.

A Assistência Social foi reconhecida e assegurada no artigo 203 nos seguintes termos: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Torna-se claro no texto que a Assistência Social é uma Política de Seguridade Social destinada à todos aqueles que dela necessitar, sem exigir no entanto, uma contribuição prévia.

A Constituição é dessa forma, o marco legal mais importante até aquele momento no que diz respeito a assegurar a Assistência Social como competência do Estado para os cidadãos brasileiros que dela necessitarem.

Mas, somente esse reconhecimento não seria suficiente para que a Assistência Social viesse de fato a tornar-se uma Política Pública estruturada, com recursos suficientes, e tão pouco que perdesse seu caráter caritativo.

Foram necessários mais cinco anos para que se promulgassem a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), delimitando e especificando sua área de abrangência, usuários, objetivos e formas de financiamento.

Aprovada em 07 de dezembro de 1993 a LOAS foi regulamentada pela Lei nº 8.742 e assegura que:

A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um

conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Torna-se claro que se exige um conjunto integrado de ações para dar conta das necessidades e demandas sociais. A LOAS maracá definitivamente a Política de Assistência Social como um direito social, enfatizando ainda o provimento dos mínimos sociais.

Quando enfim a legislação define a legitimidade de Política Pública para a Assistência Social o país passou por um momento que marcou o retrocesso das Políticas Sociais, isto é, a ofensiva neoliberal.

Segundo Boscheti e Behring (2006), o neoliberalismo adentra no Brasil a partir do Governo Collor e se consolida na década de 1990 no governo Fernando Henrique Cardoso. Assim, a LOAS passou por um descaso muito forte onde o Estado vai fazer um apelo ao voluntariado retraindo seriamente os recursos investidos no social.

Na realidade apresenta-se uma situação muito conflitante. Por um lado se tem o reconhecimento legal da Assistência Social como um direito do cidadão, mas por outro a política adotada pelos governantes pautada nos princípios neoliberais não assume a consolidação de programas e projetos abrangentes para atender as necessidades gritantes da população.

1.5 A aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único da Assistência Social

A década de 1990 é marcada pelo completo retrocesso das Políticas Sociais, pelo aumento do desemprego, ampliação das desigualdades sociais e o agravamento da pobreza.

O início do governo Lula marcou um novo momento para a sociedade brasileira em que se tem o predomínio das Políticas de Combate a Pobreza com enfoque aos Programas de Transferência de Renda. Conforme Pereira (2008), essa tendência passou a ser marcante no referido governo.

A ênfase no social marca a postura política de governo e criou o Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome – MDS. Mas é no ano de 2004 que se tem o marco de estruturação da Assistência Social com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A PNAS é a sistematização da Assistência Social em nível nacional, é uma especificação abrangente e clara dos preceitos instituídos na LOAS. Os princípios são: Supremacia do atendimento as necessidades sociais; Universalização dos direitos sociais; Respeito à dignidade do cidadão; Igualdade de direitos no acesso ao atendimento. Divulgação ampla dos benefícios, programas, serviços e projetos sócio-assistenciais.

A organização da Assistência Social tem diretrizes que são baseadas na Constituição Federal e são as seguintes: Descentralização Político-administrativa; Participação da População; Primazia da responsabilidade do Estado; Centralidade na família.

É importante ressaltar com relação as diretrizes que coloca-se nitidamente a participação popular na gestão da política, o que representa um importante avanço, especialmente se considerar-se que a população usuária dos serviços sempre estiveram fora de toda forma de controle social.

Dentre os objetivos pode ser destacado o que se define da seguinte forma: “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” (PNAS, 2004). Procurou-se destacar esse objetivo para delimitar a proteção social básica na qual está inserido o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O CRAS, tal qual se demonstrou se insere nas especificações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na proteção social básica. O SUAS é um sistema único próprio de gestão estruturado pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) de 2005.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social (PNAS, 2004, p. 33).

Assim, o CRAS é a unidade básica de execução desta proteção social básica, sendo ainda classificado por muitos como a porta de entrada para a Assistência Social. Essa proteção básica visa atuar na realidade social numa perspectiva de trabalho territorializada.

Uma outra questão que merece destaque é a exigência de que o CRAS seja instalado em territórios de vulnerabilidades social. Sem dúvida isso representa um grande diferencial, já que historicamente os equipamentos sociais eram instalados nas áreas centrais, distantes dos usuários.

De acordo com o que se procurou apresentar o trajeto da Assistência Social é marcado por contradições e retrocessos. Atualmente assume contornos expressivos para a sua consolidação como direito social. No entanto muitos limites ainda se impõem para a sua efetivação de fato.

De acordo com a PNAS o CRAS se configura como o espaço primordial de execução da Proteção Social Básica. Este equipamento é responsável por fazer colocar em prática o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF.

Pauta-se em valores como o trabalho com referência territorializada, valorizando-se as heterogeneidades, particularidades de cada grupo familiar, diversidade cultural, enfim com o desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

Entretanto, além de ser uma Política relativamente nova, a Assistência Social ainda precisa superar muitos caminhos para essa consolidação. Nesse sentido, o CRAS ainda é um dos instrumentos que passa por fase de legitimação. Isto é, mesmo sendo assegurado na Política ainda precisa-se de uma longa caminhada para que os CRAS recebam o devido investimento que necessitam para desenvolver as comunidades em que atua.

CAPÍTULO II

2. A VELHICE E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO IDOSO SOBRE SUA CONDIÇÃO

A questão da qualidade de vida da população idosa tem assumido grande importância nos últimos tempos. Tal importância se dá a partir de muitas transformações que ocorreram na virada do século de ordem econômica, social, política e cultural, mas, sobretudo pelo aumento na expectativa de vida o que tem levado a um envelhecimento da população mundial.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano 2000 a população idosa passou a compor mais de 11% da população geral do país, aumento significativo, considerando que este valor era de apenas 8% na metade dos anos 1990.

Neste sentido a temática relativa à pessoa idosa se apresenta, atualmente, em destaque nos estudos sociológicos, mas demanda ainda muitas outras discussões a cerca dessa realidade que se apresenta. Assim, se há um aumento considerável no número de pessoas idosas, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas acerca desse fenômeno e sobre suas consequências na sociedade atual.

A temática “velhice”, portanto, passa a ser objeto de estudo e de intervenção pública no sentido de garantir qualidade de vida à pessoa idosa e assegurar que a sociedade se estruture de modo a atender as necessidades dessas pessoas.

As Políticas Sociais e muitas práticas profissionais tem sido obrigadas a redefinirem suas agendas de ação para a efetivação de programas e projetos que visem a garantia de direitos dos idosos e uma melhor qualidade de vida para eles. Os Centros de Referência da Assistência Social aparecem como espaços fundamentais de organização de grupos de convivências visando a integração dos idosos na sociedade de modo a garantir-lhes lazer, cultura e vida comunitária.

Assim, este capítulo teve como objetivo analisar a temática da velhice, bem como a regulamentação pública do atendimento e dos direitos da pessoa idosa, e ainda a representação social do idoso sobre como eles constroem suas representações sociais,

perpassando ainda pelo entendimento da estruturação dos CRAS e dos Grupos de Convivência para Idosos.

Discutir a questão da velhice se constitui numa tarefa bem complexa, haja visto que o próprio conceito de velhice é extremamente peculiar, a depender da visão e da perspectiva de análise de onde se parte. Esse tema tem assumido uma configuração atual e muito forte dentro dos estudos acadêmicos e das formulações de políticas públicas.

Essa centralidade assumida nas discussões e proposições da sociedade estão diretamente ligadas ao intenso processo de mudança demográfica ocorrido com a população mundial nos últimos anos. Essa revolução demográfica tem mudado drasticamente a composição etária mundial, sendo que a população idosa vem aumentando rapidamente.

Esse processo tem sido vivenciado pelo mundo todo de uma forma geral, como resultado do aumento da expectativa de vida da população, propiciada pelas novas descobertas científicas, médicas, tecnológicas, bem como pela concretização de direitos sociais relativos à saneamento básico, saúde, educação, lazer, cultura, etc.

Tanto nos países centrais, denominados desenvolvidos, como nos países da periferia, considerados em desenvolvimento, esse fenômeno vem se manifestando com toda força. O que tem diferenciado essa realidade é a forma como cada país está lidando com essa nova realidade, já que essa mudança demográfica exige esforços públicos e societários no sentido de atender as novas demandas desse segmento.

É evidente que em países de primeiro mundo as formas de intervenção e os meios desenvolvidos para favorecer uma qualidade de vida a população idosa tem sido bem mais consistentes como em países como o Brasil, por exemplo. Em nosso país a população idosa tem crescido aceleradamente, mas o país ainda não parece preparado para fazer frente à essa nova realidade.

Segundo análise realizada pelo IBGE (2007), no Brasil o número de idosos passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002 (um aumento de 500% em quarenta anos e estima-se que alcançará 32 milhões em 2020. Com base nestes dados fica claro o quadro de mudança demográfica radical pelo qual estamos passando.

A temática relativa à questão do idoso, (a gerontologia social) tem se apresentado como questão determinante na atualidade, na construção de políticas publicas para atender as

demandas crescente dos idosos no país, com necessidades que perpassam desde a saúde pública como as políticas de lazer e integração.

Um dos principais problemas relativos a pessoa idosa tem sido a forma como as políticas de saúde vem atuando para atender as necessidades específicas desse grupo. Afinal, citando Mendes (2001, p. 103):

[...] a crescente demanda de assistência à saúde da faixa etária que irá mais crescer nesse século e a existência de alternativas de atenção colocam importantes questionamentos a quem formula, planeja, executa e, principalmente, a quem financia os serviços de saúde. Insistir exclusivamente no modelo hospitalar e asilar significa uma total falta de sintonia com o que está acontecendo no mundo, como um desprezo pela realidade do idoso no Brasil.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que as práticas de assistência à saúde precisam superar essa visão reducionista e limitada, propondo-se novas perspectivas de trabalho ligadas, sobretudo a prevenção e acompanhamento sistemático e contínuo aos idosos. Mas, não cabe aqui adentrar nas dificuldades da política de saúde em atender as demandas da saúde.

2.1. A velhice como fenômeno complexo

A Gerontologia, segundo Minayo e Coimbra (2002) é o estudo dos processos de envelhecimento e dos indivíduos conforme passam da infância às etapas posteriores. Engloba desde o estudo das mudanças físicas, sociais e mentais nos idosos até a pesquisa das mudanças na sociedade que resultam do envelhecimento cada vez maior da população.

O processo de envelhecimento é extremamente complexo, pois determina mudanças profundas no ser humano, tanto nos aspectos físicos, psicológicos e sociais. Estas alterações são gradativas e naturais.

Segundo Zimerman (2000), as principais modificações no que diz respeito aos aspectos físicos são: bochechas s enrugam e embolsam; aparecem manchas escuras na pele; a pele perde o tônus, tornando-se flácida; podem surgir verrugas; o nariz alarga-se; olhos ficam mais úmidos; há um aumento na quantidade de pêlos nas orelhas e no nariz; os ombros ficam mais arredondados; as veias destacam-se sob a pele dos membros; encurvamento postural devido a modificações na coluna vertebral; diminuição da estatura pelo desgaste das

vértebras; e também como também na própria estruturação óssea, metabolismo mais lento, digestão mais difícil, endurecimento das artérias, aumento da insônia, etc.

Nas dimensões psicológicas as principais mudanças decorrentes da velhice são: dificuldade de se adaptar a novos papéis; falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro; necessidade de trabalhar as perdas orgânicas; afetivas e sociais; dificuldade de se adaptar as mudanças rápidas, que tem reflexos dramáticos nos velhos; alterações psíquicas que exigem tratamento; depressão, hipocondria, somatização, paranóia, suicídios, baixo auto-imagem e auto-estima.

E ainda, como não poderia ser diferente existem as mudanças nos aspectos sociais, já que a pessoa idosa é um ser social, a qual somente se constrói a partir de relações sociais determinadas. As mudanças são apontadas por Zimerman (2000) como sendo as seguintes: crise de identidade, provocada pela falta de papel social, o que levará o velho a uma perda de auto-estima; mudança de papéis na família, no trabalho e na sociedade; aposentadoria; Perdas diversas, que vão da condição econômica ao poder de decisão , à perda de parentes e amigos, da independência e da autonomia; diminuição dos contatos sociais, que se tornam reduzidos em função de suas possibilidades, distância, vida agitada, falta de tempo, circunstâncias financeiras e a realidade da violência nas ruas.

Ante o exposto, a partir das idéias da autora, torna-se evidente que as mudanças decorrentes do processo de envelhecimento são de várias nuances e que são perpassadas pela condição sócio-econômica da pessoa idosa. Assim, essas mudanças são vivenciadas de forma diferente em cada classe social, sendo que os idosos pobres são na maioria das vezes aqueles mais prejudicados com as mudanças da velhice.

Considerando esses aspectos dispensam-se o entendimento limitado sobre a velhice que parte de uma única direção apenas, sem englobar todas essas dimensões. Todos os fenômenos sociais precisam ser compreendidos dentro de uma perspectiva de totalidade, em que os diversos determinantes da vida social sejam levados em conta.

De fato, considerando que tais mudanças tem implicações diretas para toda a sociedade, é, que a gerontologia social assume uma larga expansão. Esta também é resultado do aumento significativo da população idosa no país, quando sociedade e Estado percebem a necessidade de desenvolver estudos, pesquisas e a partir destas propostas de intervenção na realidade social dos idosos.

Moragas (1997) apresenta três conceitos de velhice, a partir de diferentes visões: a velhice cronológica, baseadas exclusivamente na idade, no caso do Brasil, ter atingido sessenta e cinco anos; velhice funcional corresponde a compreensão do termo “velho” como ser incapaz, limitado, reflete uma visão tradicional, onde a velhice é vista de forma estereotipada; e a velhice como uma etapa vital. Na visão do ator essa é a concepção mais moderna e equilibrada, visto que:

[...] baseia-se no reconhecimento de que o transcurso do tempo produz efeitos na pessoa, que entra numa etapa diferente [...]. Esta etapa possui uma realidade própria diferenciada das anteriores, limitada unicamente por condições objetivas e subjetivas (MORAGAS, 1997, p. 19).

Nessa concepção fica claro que a velhice é um fenômeno natural, um momento da vida humana insuperável, pelo qual todos os seres humanos podem passar. É mesmo vital, já que inerente à vida. É claro que esse momento impõe algumas limitações, mas na verdade não significa o momento de inutilidade e/ou improdutividade, conforme algumas pessoas costumam tratar.

Assim as percepções preconceituosas e estereotipadas do idoso como uma pessoa inútil, deprimida, cansada, solitária e doente precisam ser superadas, na tentativa da construção de uma outra cultura de vida, a qual valorize a experiência e a vivência de cada ser. Numa primeira linha, pode-se dizer então, que as representações sociais em relação ao idoso, sobre o corpo e a saúde problematizam estereótipos em torno da associação entre velhice e doença.

O envelhecimento pode ser entendido como uma categoria socialmente produzida. Isto é, embora a velhice tenha um aspecto nitidamente biológico, mas pode-se dizer que se trata de uma construção social. Na medida em que o cidadão perde a sua “capacidade” produtiva, há uma tendência dentro do sistema capitalista de se descartar determinados sujeitos.

Assim a desvalorização leva a diminuição da participação do idoso no meio social. De acordo com o texto em questão a velhice é um termo muito complexo, o qual não permite uma universalização. Caldas (1997) então destaca alguns aspectos indispensáveis para a compreensão do fenômeno da velhice: a biológica; social, e como instituição política.

A dimensão biológica diz respeito ao desgaste natural das estruturas orgânicas do ser humano; Em relação ao ponto de vista social a velhice aparece como uma imposição social, isto significa que o papel assumido pelo velho é determinado a partir de alguns padrões e

estereótipos dentro da sociedade capitalista. Na direção de uma instituição política entende-se a perda de poder, de autonomia do velho.

Assim, tem-se que a velhice não é uma questão bem definida, sendo que uma aproximação com sua conceituação aponta para a interdependência de todos esses aspectos mencionados, e ainda do existencial.

Na verdade nosso corpo vivencia durante toda a vida processos de envelhecimento, sendo que somente a questão biológica não é critério suficiente para identificar quem é ou não idoso. No tocante ao aspecto social a marginalização do idoso, tratado como incapaz concebidos numa relação de dependência e insegurança. Na dimensão psicológica tem-se que a partir do momento que é instituído o lugar do idoso na sociedade esse passa a fazer coisas diferentes e, portanto se comportar de forma diferente. A questão existencial está ligada a proximidade com a morte.

Segundo França e Soares (1997) a família é uma instituição de fundamental importância na garantia da qualidade de vida e na segurança social da pessoa idosa. Entretanto, muitos movimentos têm redimensionando a formação familiar nas sociedades contemporâneas. Assim, o lar moderno ao invés de cumprir a função historicamente de propiciar carinho e proteção, acaba fomentando a extremização dos conflitos e do desrespeito.

Assim, torna-se maior a necessidade da troca de informação e solidariedade entre as diferentes gerações. Essas práticas fomentam a reciprocidade em dar e receber, isto é, a partilha de vivências e conhecimentos.

A diante tem-se a representação social da pessoa idosa numa sociedade onde o padrão de juventude é dominante, e tudo que se relaciona à velhice e tido como negativo.

2.2. As representações sociais dos idosos

A consciência é um espaço vazio, construída a partir da vivência dos sujeitos. É determinada e condicionada historicamente, a depender da conjuntura política, econômica, social e cultural em que o sujeito está inserido. Em outros termos, o indivíduo não pode ser compreendido apenas numa dimensão individual, mas sim, a partir das relações sociais que estabelece ao longo de sua vida.

Pode-se então compreender que:

[...] a produção da consciência tem seu fundamento na prática da vida social tal como ela se configura, historicamente. Expressa a maneira como a dinâmica social vem sendo apreendida pelos diversos agentes sociais, em dados momentos históricos. Não se trata pois, de uma representação única e homogênea para todas as personagens sociais, enquanto portadoras de diversos interesses de classe (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 109).

Assim, é na própria dinâmica societária e dentro mesmo dos conflitos de classe que essa consciência se constrói. Assim, as idéias reproduzem a realidade matéria, mas de acordo com a ideologia dominante. Cada sujeito, porém, dá a sua própria significação a cada realidade e vivência.

Abordar-se-á neste item, a construção social que a sociedade tem da velhice e do ser velho, isto é, das representações sociais dessa questão. Segundo Oliveira (*et al*, 2009) as representações sociais são teorias, imagens, opiniões e crenças que são construídas no cotidiano e podem gerar e orientar comportamentos. O processo de envelhecimento tem representações sociais que difere ao longo da história das sociedades.

Pode-se citar por exemplo, que, desde a época clássica até a Idade Média, a figura do idoso estava ligada a um outro paradigma de sociedade. A representação social que se tinha do velho era de sabedoria, conhecimento, fonte de ajuda e aconselhamento. Muitos velhos ocupavam lugares de respeito dentro dos conselhos e das organizações sociais. Eram, portanto, respeitados e amados.

A Revolução Industrial trouxe muitas mudanças para a humanidade, mudanças estas que propiciaram transformações grandiosas na organização em sociedade. Além de se consolidar como um sistema de produção extremamente complexo, o sistema capitalista conseguiu se impor como algo muito superior a isso, isto é, não apenas como um organizador da produção, mas como um organizador da vida social. Como o modo de pensar e ser de uma sociedade, sob as determinações da classe burguesa.

As novas relações sociais estabelecidas a partir de então serão guiadas por outro paradigma, outro conjunto de idéias e valores. Esse modo de ser, baseado na produção e comercialização de mercadorias se baseia na busca incessante por lucros. A busca pela eficiência, eficácia, agilidade e produtividade são os princípios que devem ser almejados por todos.

É exatamente nesse ponto que está a grande mudança: no sistema capitalista apenas aqueles aptos ao trabalho, apenas aqueles com alta capacidade de produção, são considerados úteis do ponto de vista econômico, o qual é super valorizado nessa sociedade.

Fica claro portanto que todo aquele que perde a sua capacidade produtiva é considerado inferior, inútil para essa sociedade. Além do mais seus valores determinam padrões de beleza, de saúde, de cultura, de política, de comportamento. Tudo é designado e aceito conforme o conjunto de valores da classe dominante. É assim, que se constroem os estereótipos.

O estereótipo é uma representação social sobre os traços típicos de um grupo, categoria ou classe social (AYESTERAN e PÃEZ *apud* MARTINS e RODRIGUES, 1987), e caracteriza-se por ser um modelo lógico para resolver uma contradição da vida quotidiana, e serve sobretudo para dominar o real. No entanto, também contribui para o não reconhecimento da unicidade do indivíduo, a não reciprocidade, a não duplicidade, o despotismo em determinadas situações.

Estereótipo é uma imagem mental muito simplificada de alguma categoria de pessoas, instituições ou acontecimentos que é partilhada, nas suas características essenciais por um grande número de pessoas; dito de outra forma é um “chavão”, uma opinião feita, uma fórmula banal desprovida de qualquer originalidade, ou seja é uma “generalização” e simplificação de crenças acerca de um grupo de pessoas ou de objetos, podendo ser de natureza positiva ou negativa (CASTRO *apud* Martins e Rodrigues, 2004).

Em se tratando do grupo social das pessoas idosas tem se mostrado extremamente negativos, pejorativos, os quais atentam contra qualquer noção de respeito às diferenças, aos direitos humanos e a condição peculiar de desenvolvimento em que estes se encontram.

Segundo Martins e Rodrigues (2004), socialmente, e no caso dos idosos, a valorização dos estereótipos projeta sobre a velhice uma representação social gerontofóbica e contribui para a imagem que estes têm de si próprios, bem como das condições e circunstâncias que envolvem a velhice, pela perturbação que causam uma vez que negam o processo de desenvolvimento.

Os estereótipos ligados aos idosos reproduzem sempre as mesmas noções conservadoras e arraigadas de preconceito, as quais denigrem e deturpam a condição do ser idoso numa sociedade como a nossa. Remetem-se desde a noção de inutilidade, de incapacidade, de improdutividade, de pessoas ultrapassadas, e mesmo a demência, a até aos aspectos sexuais.

A rejeição e rotulagem de um grupo, em particular de indivíduos, desenvolve-se porque as características individuais com traços negativos, são atribuídos a todos os

indivíduos desse grupo. Assim a palavra "velhote" descreve os sentimentos ou preconceitos resultantes de micro-concepções e dos "mitos" acerca dos idosos. Os preconceitos envolvem geralmente crenças, de que o envelhecimento torna as pessoas senis, inativas, fracas e inúteis (MORAGAS,1997).

Segundo Martins e Rodrigues (2004), um estudo realizado na Université de Montreal por Champagne e Frennet por DINIS, permitiu identificar catorze estereótipos como os mais freqüentes relativos aos idosos e que passamos a descrever:

- * Os idosos não são sociáveis e não gostam de se reunir;
- * Divertem-se e gostam de rir;
- * Temem o futuro;
- * Gostam de jogar às cartas e outros jogos;
- * Gostam de conversar e contar as suas recordações;
- * Gostam do apoio dos filhos;
- * São pessoas doentes que tomam muita medicação;
- * Fazem raciocínios senis;
- * Não se preocupam com a sua aparência;
- * São muito religiosos e praticantes;
- * São muito sensíveis e inseguros;
- * Não se interessam pela sexualidade;
- * São frágeis para fazer exercício físico;
- * São na grande maioria pobres.

Na verdade não se tem respeito por dimensões tão importantes dos idosos como sua memória, sua capacidade de fazer história, de recriar através de suas lembranças para as novas gerações momentos de outrora, numa perspectiva intergeracional.

Nesse sentido, a categoria da memória, como a capacidade que o sujeito tem de significar suas vivências e guardar suas percepções por longo tempo. Assim, quando deixa de ser um membro ativo da sociedade resta-lhe a função de lembrar. Outra categoria fundamental trabalhada no texto é a autonomia, entendida como a capacidade do indivíduo de tomar decisões. Nessa direção os limites vivenciados pelo idoso, imposto pela sociedade e pela família, são representações da perda da autonomia.

Sabedoria e Dignidade são outras categorias apontadas como fundantes de uma concepção de velhice. A sabedoria é concebida como o resultante final de experiência de vida, a qual propicia inúmeros conhecimentos que permite ao velho transmitir de geração em geração; A Dignidade, por sua vez, está intimamente ligada a autonomia, a qualidade de vida, ao poder de decisão e não construção de uma visão preconceituosa do velho como um fardo.

Submissão e Resistência sem dúvidas insere-se na dimensão de instituição política da velhice, isto é, a submissão expressa uma relação de poder a partir do momento em que o velho passa a se submeter a determinadas imposições e determinantes sociais. Contraditoriamente, nessa mesma relação de força se estabelece a possibilidade concreta da resistência, haja visto que, onde há poder, há também resistência.

Na pesquisa realizada por Caldas (1997) ela pôde constatar que as representações sociais construídas pelos entrevistados perpassam pelo sentimento da falta de aceitação, a desvalorização, a perda da capacidade física, a perda da dignidade, da credibilidade social, da capacidade de trabalhar, etc.

2.3. A representação do idoso nas instituições sociais

Nos últimos anos tem crescido os programas voltados para os idosos, como os grupos de convivência, por exemplo. Esses programas, segundo Costa e Campos (2009), buscam a auto-expressão e a exploração de identidades que eram exclusivas da juventude, abrindo novos espaços, para que experiências inovadoras possam ser vividas coletivamente. Essas novas oportunidades dadas à velhice vêm demonstrar que a sociedade brasileira está hoje mais sensível às questões do envelhecimento.

Esses programas apresentam propostas, objetivos e metodologias diferenciadas, as quais perpassam pela viabilização de informações, saúde, sociabilidade e integração, lazer, cultura e também como espaço de discussão e construção de práticas e consciência cidadãs.

No Brasil as primeiras iniciativas de trabalho com grupos de idosos surgiu no Serviço Social do Comércio – SESC, em meados da década de 1960. Na década de 1970 foram criados as primeiras Escolas Abertas para a Terceira Idade. A partir da aprovação da LOAS, também os governos passaram a investir nesse tipo de trabalho. E, finalmente, com a

aprovação da PNAS os Grupos de Convivência para Idosos passaram a ser uma realidade em quase todos os municípios brasileiros, principalmente nos CRAS.

Com o advento da terceira idade há uma nova representação sobre velhice nos grupos de convivência. Para Cordeiro (2008), antes da existência de grupos de convivência essas gerações nunca pensaram sobre ser velho como estão pensando atualmente. Derivam desses saberes as noções de que é preciso se cuidar, fazer ginástica, encontrar com amigos, ter lazer, um tempo para si mesmo, administrar suas finanças.

2.4. A Regulamentação dos direitos dos idosos

A aprovação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso são marcas profundas da estratégia de atuação do Estado e da sociedade para dar conta das necessidades da pessoa idosa. Resultam é claro, da articulação da sociedade civil na luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos do idoso.

O Estatuto do Idoso, aprovado sob a Lei de nº 10741, de 1 de outubro de 2003, passa a regular os direitos da pessoa idosa, neste documento reconhecida como aquele sujeito com idade a partir de 60 anos.

No Estatuto, em seu artigo 2º é colocado o seguinte:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental, e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, P. 01).

O que significa dizer que, o idoso deve ter assegurado condições de desenvolvimento de todos os seus aspectos, físicos, psíquicos, etc., sendo responsabilidade do Estado e da família e da sociedade a efetivação de tais supostos.

Tem-se a aprovação da Política nacional do idoso que data também de 2003, a qual determina que suas diretrizes e objetivos serão realizadas por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, do Estado e do Município. Assim, todas as instâncias de governo são responsáveis pelo planejamento, excussão e financiamento de programas, projetos, ações, bens e serviços para a população idosa.

A transição demográfica vivenciada nos últimos anos teve implicações importantes na composição da população brasileira. O aumento desmedido da população idosa no país,

ocorrido rapidamente e bruscamente, sem que o Brasil estivesse preparado para tais mudanças faz com que a expressão da questão social expressa na realidade de vida do velho neste país se torne cada vez mais agravada.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos anos 2000 a população idosa passou a compor mais de 11% da população geral do país, aumento significativo, considerando que este valor era de apenas 8% na metade dos anos 1990.

Ainda que algumas regulamentações assegurem os direitos do idoso, os casos de negligência, violência física e psicológica, abandono, preconceito, dentre outros, são uma constante da realidade social deste país. A questão da desigualdade social também aparece como determinante, acirrando esta expressão da questão social, sobretudo para as populações pobres.

Em países de capitalismo tardio como o Brasil esta expressão da questão social aparece extremamente acirrada. Assim, é importante deixar claro que o envelhecimento e a velhice devem ser entendidas a partir das questões de classe, pois o modo de envelhecer está historicamente condicionado e determinado pela origem de classe da qual cada idoso provém (Teixeira, 2008).

Outra questão muito importante, e que merece destaque diz respeito a forma como a sociedade do capital entende e difunde a idéia do envelhecer, pois suas estratégias estão sempre relacionadas a manutenção dos mercados lucrativos. Então é preciso romper com uma visão mecânica da questão.

Nessa perspectiva, o envelhecimento como ‘problema social’ não é o resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção ambígua de ‘envelhecimento demográfico’, nem representa uma ameaça à ordem política pelas estatísticas crescentes, mas pelas pressões sociais das lutas que congregam e adensam reivindicações, trazendo à cena política a problemática (...), transformando-a em demanda política, introduzindo-a no campo das disputas políticas e das prioridades de políticas públicas (TEIXEIRA, 2008, p. 42-43)

As questões levantadas problematiza criticamente esta realidade, para que não se caia na cilada neoliberal de responsabilizar o sujeito ou a afamília pela sua condição de subalternidade.

Quando, portanto, a questão do idoso entra na cena política das reivindicações dos Movimentos Sociais o Estado passa a desenvolver estratégias de intervenção na realidade colocada em pauta. Uma de suas principais estratégias, principalmente no âmbito municipal, tem sido o trabalho realizado nos CRAS, nos conhecidos Grupos de Convivência. Tais grupos intentam realizar um dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que é a garantia da convivência familiar e comunitária.

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS está estruturado nos níveis de proteção básica e especial. A proteção básica tem por objetivo intervir nas realidades de vulnerabilidade social, em que a violação dos direitos ainda não se ocorreu, numa perspectiva de prevenção e promoção da comunidade acompanhada. Já a proteção social especial atua nas realidades de risco social, em que a violação dos direitos já tenha acontecido (PNAS, 2004).

A atenção ao idoso se efetiva em ambas as proteções de acordo com cada demanda específica. Na proteção social o Albergue se constitui num serviço de alta complexidade, que objetiva abrigar a pessoa idosa vítima de maus tratos e/ou abandono, etc, so para citar um exemplo.

De acordo com a PNAS (2004), o CRAS “é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social [...]” (p. 35). Visa, dentre outras coisas, atuar com matricialidade familiar, prover a proteção e socialização dos sujeitos, a manutenção e resgate dos vínculos afetivos e sociais; identidade grupal.

Procurou-se apontar aqueles objetivos principais que estão correlacionados a pessoa idosa. Ainda neste sentido, a PNAS explicita como serviço de proteção básica os Centros de Convivência para idosos organizados nos no âmbito da assistência social. Assim, a própria PNAS assegura a existência desses grupos como mecanismo de socialização e ressocialização da pessoa idosa, bem como a elevação de sua auto-estima e auto-imagem.

No entanto, tais grupos muitas vezes apresentam uma proposta de trabalho bastante limitada, em que as atividades realizadas, são, em geral, reducionistas limitando-se, por exemplo, aos momentos de dança. É prática comum que o trabalho com o idoso limite-se suas estratégias de trabalho ao famoso “fórró dos idosos”.

Muitas vezes em tais espaços são reproduzidos aquelas práticas e discursos do idoso como o carente de afeto e de atenção. Mas, a atuação no sentido de ampliação da cidadania, da informação, do trabalho intergeracional não se efetiva.

Assim ainda não há uma cultura de direitos, em que se reconheça a pessoa idosa como sujeito de direito e de prioridade absoluta. Isto tem contribuído para que os idosos não se reconheçam enquanto tal, reproduzindo representações e significados nas suas subjetividades de que são um fardo na vida de suas famílias.

Nessa perspectiva a problematização da temática se faz necessária e fundamental para compreensão da realidade dinâmica e complexa. Se os grupos de convivência são em geral as estratégias mais utilizadas no sentido de socialização do idoso, é preciso entender como os idosos se percebem neste cenário, e, qual o entendimento que eles apresentam de tais espaços, isto é, se o reconhece como direito ou se pelo contrário como uma atividade qualquer a mais.

CAPÍTULO III

3. APRESENTANDO A ANÁLISE DE DADOS DO GRUPO CONVIVER

Após a discussão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, parte fundamental de todo trabalho acadêmico, este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os dados obtidos na realização da pesquisa de campo ora desenvolvida. Serão explicitados os procedimentos metodológicos, bem como o campo e os sujeitos desses trabalho com a finalidade de confrontar as questões norteadoras com a realidade vivenciada pelos idosos no Grupo de Convivência da Secretaria de Assistência Social.

3.1 Conhecendo o campo da pesquisa

A presente pesquisa realizou-se na Secretaria de Assistência Social (SEASTC), de Juazeiro do Norte – CE, especificamente com o Grupo Conviver, trabalhado nesta Secretaria. A estrutura Municipal de assistência ao idoso neste município segue as disposições da NOB/SUAS, sendo que o referido município se enquadra na perspectiva de gestão denominada de Plena.

A SEASTC está hoje organizada a partir da divisão das proteções, sendo a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e ainda a Vigilância Social. O Grupo Conviver trabalha com 260 idosos, sendo que suas atividades são desenvolvidas na própria estrutura física da SEASTC. A referida Secretaria está localizada a Rua Monsenhor Esmeraldo, Nº300, Bairro Franciscanos.

Entretanto, outros equipamentos sociais desenvolvem trabalhos com idosos na cidade de Juazeiro do Norte. Os CRAS e o CREAS são espaços de efetivação de direitos e proteção social, os quais trabalham respectivamente ma perspectiva do fortalecimento de potencialidades e aquisições e da defesa dos vínculos sociais e comunitários.

O município mantém atualmente três CRAS e um CREAS, equipados e com equipes multidisciplinares, trabalhando cotidianamente nas proteções Básicas e Especial. Estão dipersos nos território municipal da seguinte forma:

CRAS 1- Rua Manoel Casimiro, Nº 370, Bairro Triângulo;

CRAS2 - Rua Manoel Tavares Lopes, Nº 2815, Bairro Frei Damião;

CRAS 3 - Rua José Araújo Sobrinho, Nº128, Bairro Timbaúbas;

CREAS – Rua Delmiro Golveia, Nº 688, Bairro Centro.

Em relação aos equipamentos sociais existentes, os quais trabalham com direitos da pessoa idosa, podemos citar àqueles vinculados ao Departamento de Segurança Alimentar, como Restaurante Popular, o qual fornece diariamente 1000 refeições, sendo que importante número de idosos se alimentam naquele espaço.

Também pode-se citar O Programa Leite Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual distribui semanalmente, sete litros de leite para idosos com renda per capita de ½ salário mínimo.

Podendo colocar, não com menos importância as entidades sócio-assistenciais privadas, não-governamentais que atendem, abrigam e acompanham idosos, que são elas: Albergue da Sagrada Família, Casa do Idoso, Lar do Ancião Feliz, Sociedade de Amparo aos Mendigos (SAM), Abrigo Nossa Senhora das Dores, Cada dos Velhos Padre Cícero, Centro de Apoio ao Idoso, Casa do Cidadão, Albergue André Luiz, Irmãs Medianeiras, Grupo da Terceira Idade do Sítio Gavião, Grupo Terapia Raios do Sol, Grupo Madre Teresa, Grupo da Terceira Idade do Sítio São José, Grupo Renascer, Grupo Não me Deixe Só, Grupo do Cajueiro, Grupo do Idoso, Grupo da Terceira Idade Frei Damião, Grupo Santa Rosa, Projeto SESI por um Brasil Alfabetizado, Sociedade para Melhor Idade, Grupo do Idoso Santa Luzia.

Conforme percebe-se a rede de proteção social ao idoso em Juazeiro do Norte apresenta-se com uma quantidade de entidades e equipamentos públicos bastante positiva.

É válido ressaltar que já se encontra em construção o Centro de Referência da Pessoa Idosa, o qual possibilitará espaço de atendimento e socialização mais adequado, atendendo as demandas e necessidades peculiares do público ao qual se destina. A infra-estrutura propõem-se a equipar um local confortável e acolhedor, projetado para ter: salão de festas, sala para atendimento individual, praça, piscina, entre outros.

No que diz respeito ao Controle Social, tem-se como espaço de deliberação e fiscalização o Conselho Municipal do Idoso (CMI), composto paritariamente, por

representantes de Organizações Governamentais e Organizações Não-Governamentais, por oito membros.

O CMI foi instituído a partir das disposições da Lei Municipal do Idoso, de número 2808, de dois de junho de 2004, aprovada pela Câmara Municipal, objetivando garantir a efetivação dos direitos do idoso, bem como a fiscalização e potencialização deste segmento, em consonância com a Política Nacional do Idoso e com o Estatuto do Idoso.

A Assistência Social ao idoso está respaldada no princípio do co-financiamento propiciado pelo Piso Básico de Transição (PBT), o qual transfere, diretamente fundo à fundo, recursos financeiros de modo a garantir a operacionalização de programas, projetos, serviços, benefícios e etc à população idosa.

Esta breve apresentação procurou demonstrar em traços gerais a estrutura da política de atenção ao idoso neste Município, com o propósito de melhor contextualizar o âmbito e as especificidades do campo desta pesquisa.

Entretanto, a realização da coleta de dados, de fato se deu, com o Grupo Conviver, o qual trabalha, atualmente com 260 idosos, conforme já mencionamos, e está sediado na estrutura física da SEASTC.

Em relação as atividades realizadas pelo Grupo, os quais tem encontros três vezes por semana, está expresso no quadro abaixo.

QUADRO 01 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GRUPO CONVIVER

| DIA DA SEMANA | ATIVIDADE REALIZADA |
|----------------------|------------------------------|
| TERÇA-FEIRA | PALESTRAS, DANÇA E LANCHE |
| QUARTA-FEIRA | ATIVIDADE FÍSICA |
| QUINTA-FEIRA | CORAL, JOGOS, FORRÓ E LANCHE |

Realizou-se ainda, a depender das necessidades e demandas postas pelos próprios idosos, passeios á locais de desejo dos participantes, bem como a comemoração de datas festivas, como: carnaval, dia das mães, festas juninas, dia dos pais, natal, etc.

Os sujeitos da pesquisa, foram, dez por cento dos idosos participantes do Grupo Conviver, o que equivale à 26 idosos.

A seguir apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Toda pesquisa científica requer a determinação dos meios através dos quais se pretende alcançar os objetivos da pesquisa. Todas as formas de conhecimento apresenta suas particularidades. O conhecimento científico é aquele que exige rigor na forma como se chega a verdade dos fatos. Neste sentido impõe ao pesquisador que este determine claramente o conjunto de métodos e técnicas pelos quais realizará sua busca por tal conhecimento, que é a metodologia.

Para compreender melhor como se realiza a construção do conhecimento científico, Lakatos e Marconi (2005, p. 83) definem metodologia como:

conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - , traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, analisando a relevância da metodologia, entende-se que na realização de uma pesquisa ela é de suma importância. Nesta direção foi que utilizamos nesse trabalho uma linha de análise de cunho qualitativo.

A Pesquisa é de natureza descritiva. Segundo Gil (2007), as pesquisas deste tipo tem como principal objetivo descrever detalhadamente as características peculiares de uma dada população ou de um determinado fenômeno, ou também estabelecer relação entre diferentes variáveis.

Numa metodologia é necessário definir os métodos que darão as bases lógicas da investigação e aqueles relacionados aos procedimentos operacionais. Assim o método de abordagem escolhido foi o dedutivo. Esta escolha justificou-se pelo fato de que tal método permite a análise e compreensão de uma dada realidade particular a partir de princípios gerais.

O método de procedimento foi o monográfico. Este método permite o estudo em profundidade de uma realidade que se pretende conhecer. Segundo Gil, (2007, p. 35):

parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades .

A presente proposta intenta a construção de uma metodologia articulada e coerente, uma vez que esta se apresenta como condição fundamental para o bom andamento do projeto.

O universo de pesquisa compreendeu, conforme já colocamos anteriormente, os idosos atendidos pelo Grupo Conviver, o qual é composto por 260 idosos. Para efeitos deste estudo delimitamos uma amostra de 10% deste universo.

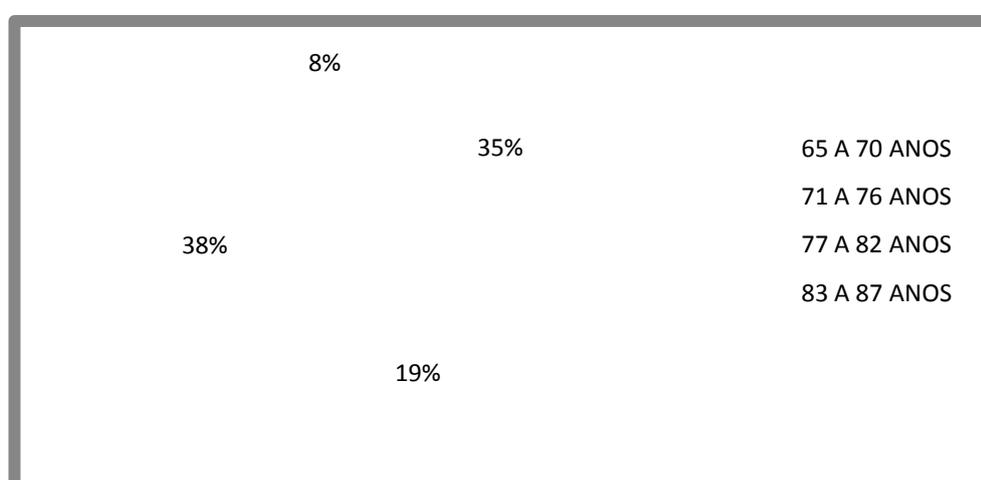
Para a coleta de dados, fase de crucial relevância num estudo científico, será determinada ao questionário.

3.3 Apresentação e análise de dados

Nesta secção contém os dados obtidos na realização da pesquisa de campo, bem como discutiremos acerca das principais questões que embasaram esse trabalho.

Ao trabalharmos sobre o perfil sócio-econômico dos idosos constatamos algumas questões que precisam se explicitadas. Em relação a idade temos o seguinte quadro:

GRÁFICO 1. IDADE DOS ENTREVISTADOS



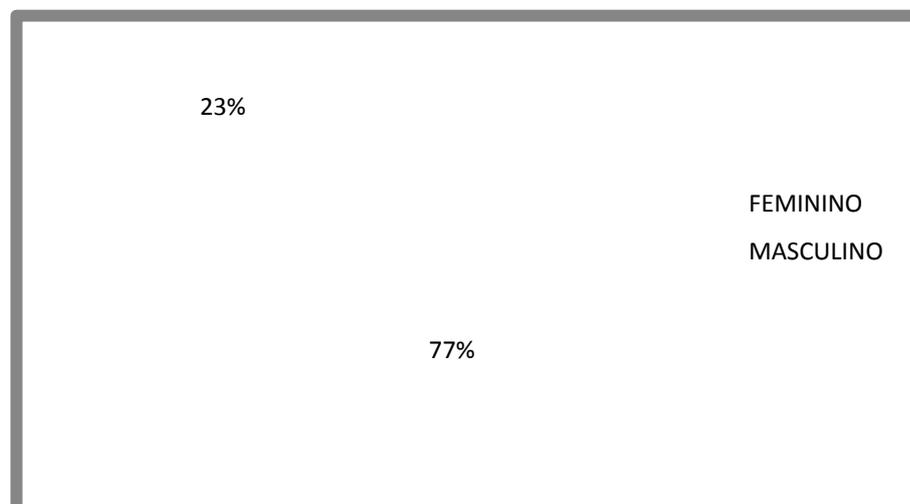
Fonte: Primária/2010

De acordo com essa demonstração percebemos que a maior parte dos idosos tem idade entre 77 e 82 anos. Considerando que a velhice no Brasil é demarcada a partir dos 65 anos, podemos dizer que a média de idade dos participantes é bem alta. Isso expressa a necessidade de manutenção de vínculos sociais, que aumenta ao passar dos anos.

É interessante esse dado, uma vez que ele nos demonstra que os grupos de convivência para idosos na verdade comporta uma variedade de idades bem acentuada.

Observemos agora os dados relativos ao sexo dos participantes da pesquisa.

GRÁFICO 2. SEXO DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Primária/2010

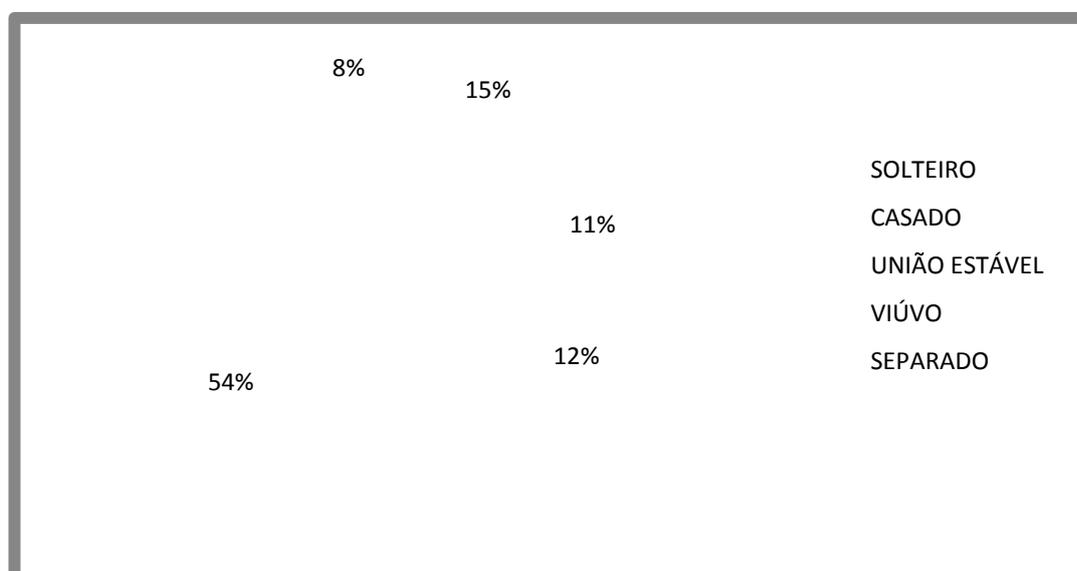
Com base no exposto observamos que o número de mulheres é bastante superior ao de homens. Destacamos então o pensamento de Costa e Campos (2009), quando colocam que as mulheres normalmente se envolvem mais em espaços de participação e socialização comunitária. Tal fato demonstra que os homens são mais resistentes à Grupos coletivos na velhice.

Isso envolve uma construção social onde algumas atividades são consideradas coisas de mulheres.

A velhice para a mulher é extremamente estigmatizante já que ela tem sempre que seguir determinado padrão de beleza e jovialidade. Nesse sentido, precisam de espaços de valorização e que lhes proporcione bem-estar, onde a velhice não seja algo negativo.

Analisemos agora o estado civil dos entrevistados.

GRÁFICO 3. ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Primária/2010

Prevalece o estado civil viúvo. Na verdade uma das características da velhice é exatamente a perda de amigos e companheiros. A viuvez certamente é uma realidade que impõe solidão e desgaste ao idoso. Muitas vezes sua principal companhia era exatamente o companheiro. Na perda deste a busca por espaços coletivos parece ser uma alternativa.

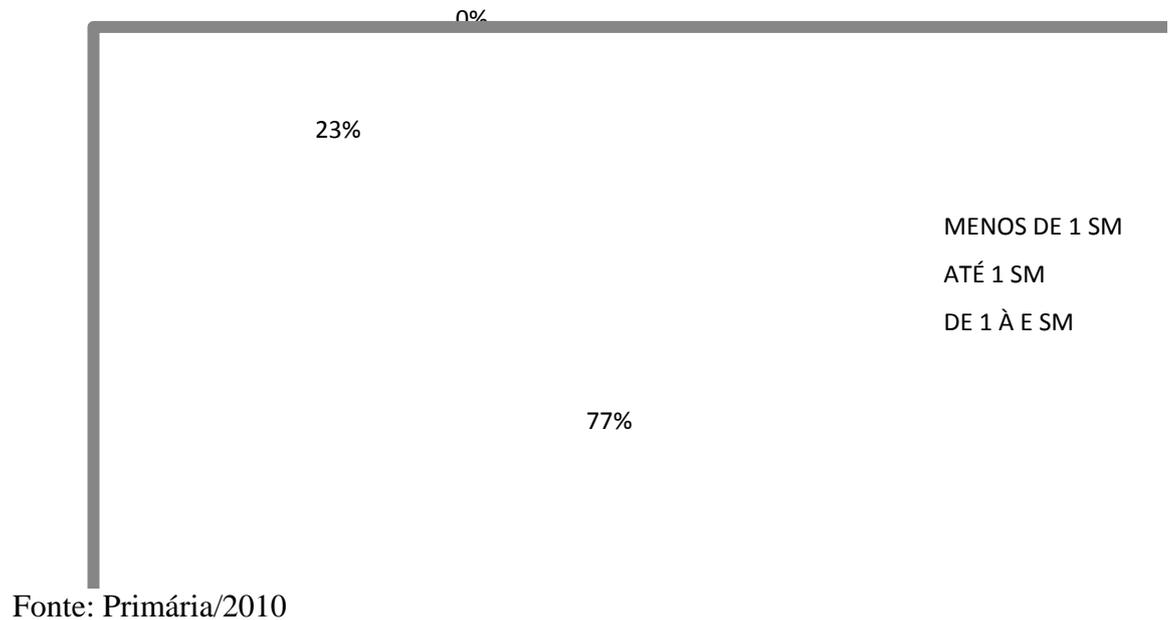
Em relação a aposentadoria constatamos que 100% dos idosos são aposentados. Em relação a inserção trabalhistas temos que 27% dos entrevistados mantêm algum tipo de trabalho. Percebemos que o número de idosos trabalhando ainda é significativo, já que todos são aposentados. Isso nos mostra que o benefício da aposentadoria muitas vezes não é suficiente para o sustento dos idosos.

A existência da aposentadoria nem sempre implica em condições de vida com qualidade e uma velhice confortável. Sabemos que esse período da vida é marcado por necessidades especiais, sobretudo no que diz respeito à saúde e alimentação. Isso envolve uma série de gastos que muitas vezes não podem ser atendidos apenas com a aposentadoria.

Outra questão importante é que em muitas situações a aposentadoria não é apenas para custeio das despesas dos idosos, mas sim a base de sustento de filho e netos.

Vejamos os dados relativos a renda familiar.

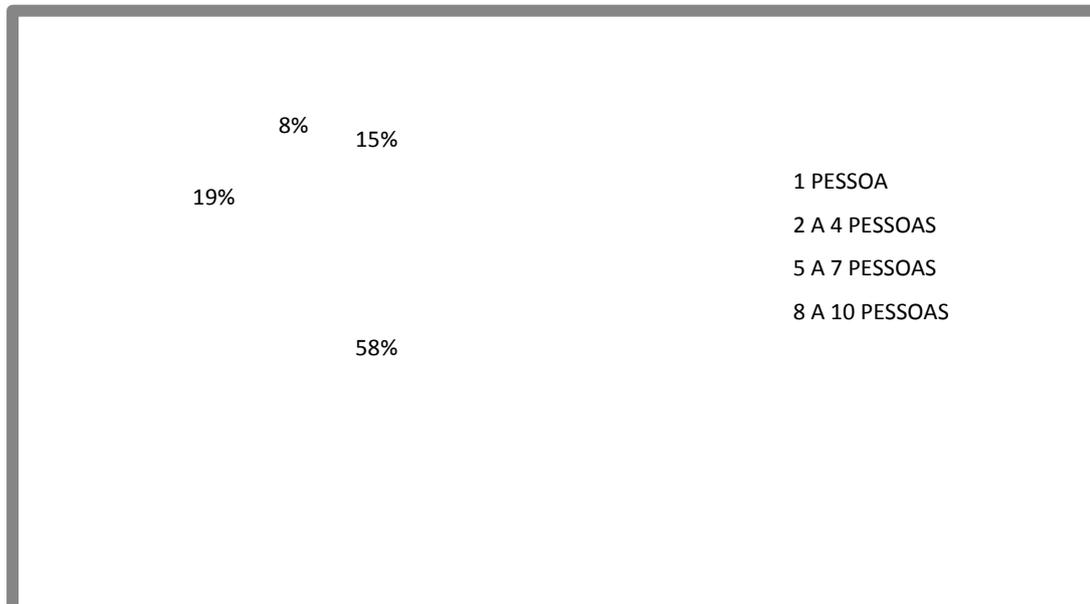
GRÁFICO 4. RENDA FAMILIAR



Percebe-se claramente que a renda familiar na maioria das vezes é composta apenas por um salário mínimo, apontando para o fato de que é a aposentadoria do idoso a única renda das famílias.

Se analisarmos esse dado confrontando com a composição familiar vamos perceber que esses idosos, em sua maioria, detêm condições limitadas quando a renda.

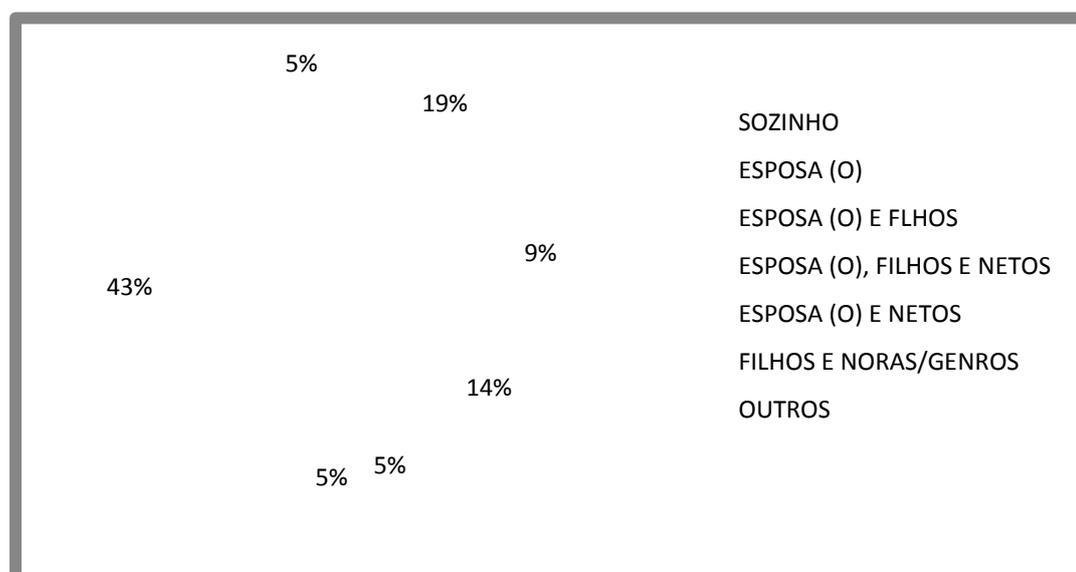
Em relação a composição familiar tivemos a prevalência de 2 a 4 pessoas, conforme demonstraremos no gráfico a seguir. Mas também, as famílias com mais de cinco pessoas é significativo.

GRÁFICO 5. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Fonte: Primária/2010

Em relação as pessoas com quem convivem os idosos podemos apontar os seguinte cenário:

GRÁFICO 6. PESSOAS QUE CONVIVEM NA MESMA CASA



Fonte: Primária/2010

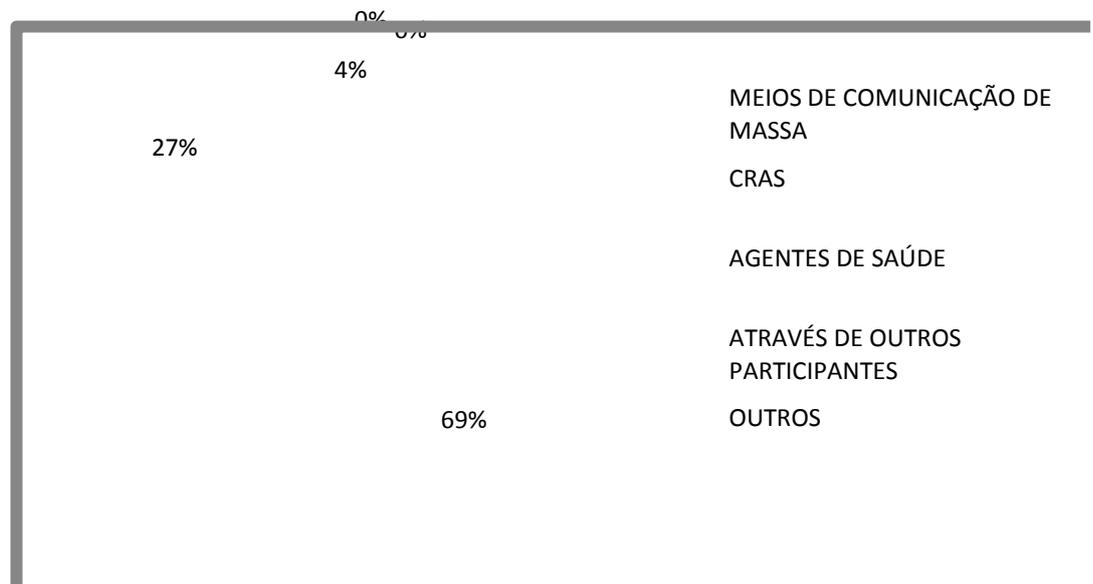
Conforme podemos perceber a maior parte dos idosos vive com filhos e noras/genros. Analisando esse dado, com aquele apresentado anteriormente da renda familiar constatamos que muitos idosos ainda são a base de sustento para os filhos. Estes, mesmo constituindo novas famílias continua a depender dos pais.

Apresentadas as principais questões relativas ao perfil dos entrevistados passaremos aos dados que dizem respeito à influência do Grupo Conviver para estes idosos.

No que diz respeito ao tempo de participação no grupo temos que 100% dos entrevistados estão no Conviver a mais de um ano. De acordo com Cordeiro (2010), esses grupos são espaços de socialização e integração dos idosos, onde eles permanecem, principalmente, pelos vínculos afetivos que estabelecem.

E relação a forma pela qual tomaram conhecimento da existência do Grupo, temos a divulgação de outros participantes como principal meio.

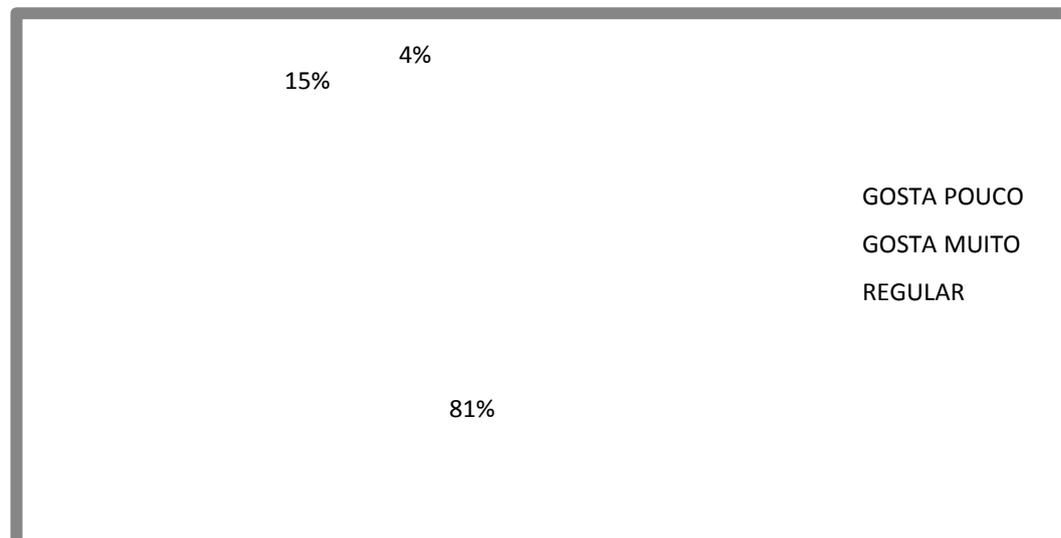
GRÁFICO 7. MEIO DE CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO GRUPO



Fonte: Primária/2010

Percebe-se que o Grupo tem uma função primordial: é uma rede de comunicação. Uma questão a ser mencionada é o papel do CRAS na divulgação do serviço, já que este não foi apontado como um meio de conhecimento para o Grupo.

Quando a questão é o sentimento em relação ao grupo temos dados interessantes.

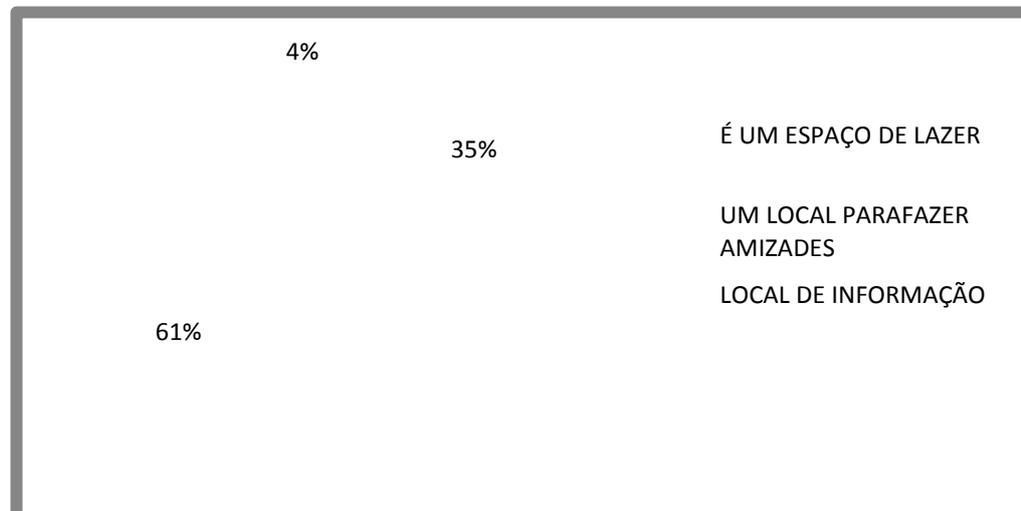
GRÁFICO 8. SENTIMENTO EM RELAÇÃO AO GRUPO

Fonte: Primária/2010

É expressiva a maioria que afirma gostar muito do Grupo. Aponta para uma significação, antes, de tudo afetiva em relação ao espaço.

Ainda nesta direção vejamos o que o Grupo representa para estes idosos.

GRÁFICO 9. SIGNIFICADO DO GRUPO PARA OS IDOSOS

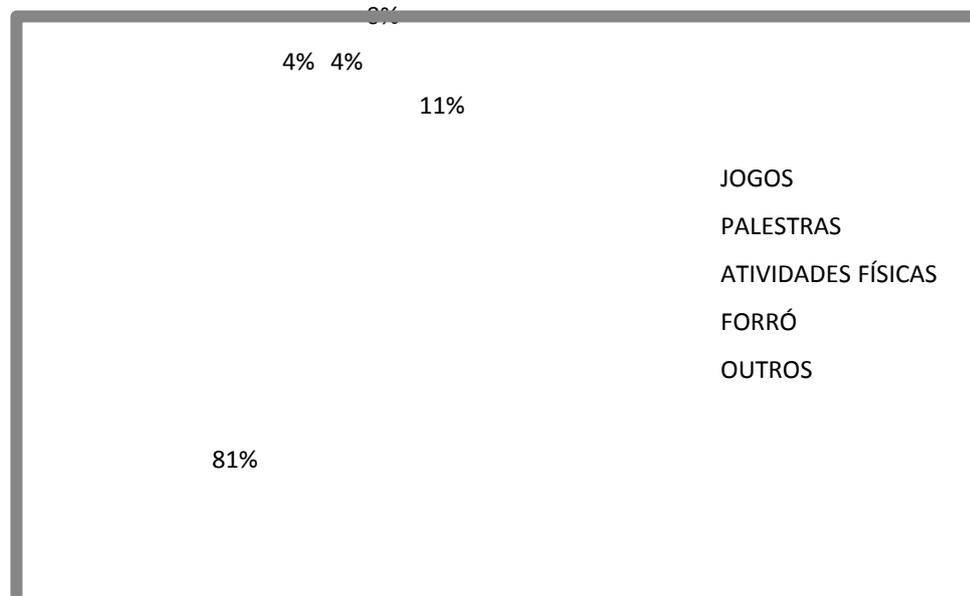


Fonte: Primária/2010

Os Grupos de Convivência para idosos são espaços, que de acordo com Martins e Rodrigues (2004) comporta todos esses objetivos: ser um espaço de lazer, de sociabilidade, mas não pode perder a dimensão de ser um espaço de informação e garantia de direitos.

Percebemos que para os idosos o Grupo Conviver é um espaço onde é possível fazer amizades. De fato a perda de contatos sociais é uma constante na velhice, logo, os Grupos para este segmento são locais onde essas relações sociais voltam a ser estabelecidas.

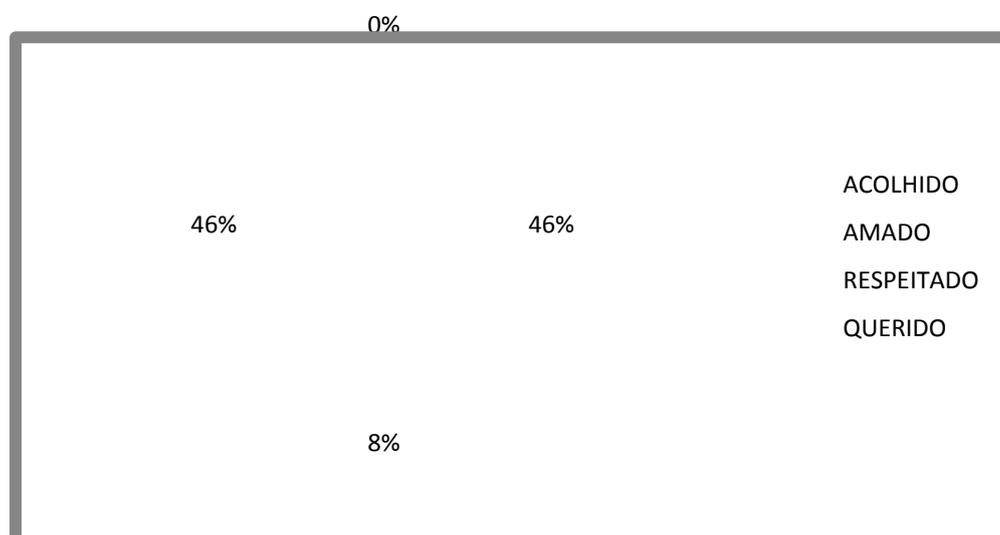
GRÁFICO 10. ATIVIDADES REALIZADAS NO GRUPO DE PERFERÊNCIA DOS IDOSOS



Fonte: Primária/2010

A dimensão do lazer se sobressai em relação as demais atividades. O forró é um momento privilegiado para o contato físico, para a aproximação, para a diversão. Portanto, explica-se a preferência do Grupo.

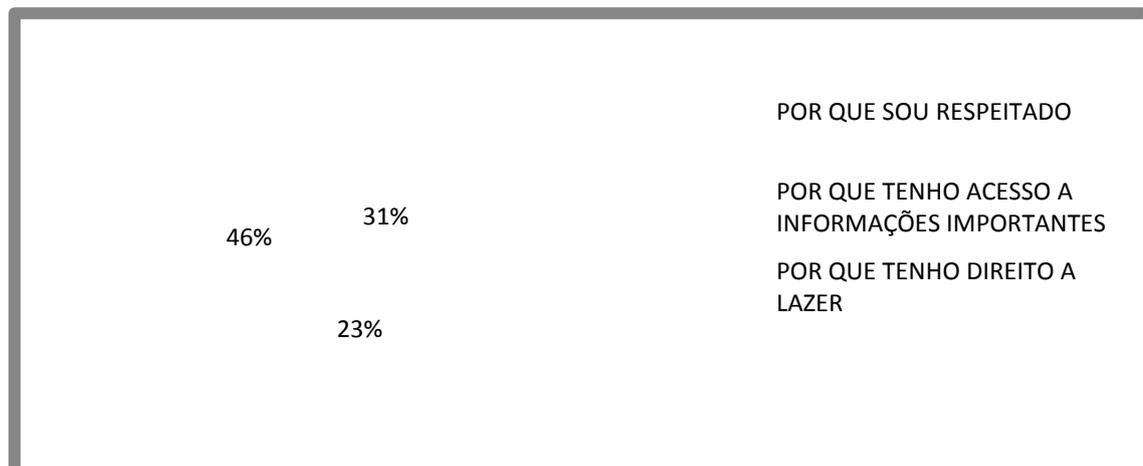
Outra questão importante que tratamos foi o modo como os entrevistados se sentem no Grupo. Constatamos uma divisão entre os que se sentem respeitados e os que se sentem acolhidos.

GRÁFICO 11. SENTIMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO NO GRUPO

Fonte: Primária/2010

As dimensões do acolhimento e do respeito são super valorizadas pelos idosos. Essa realidade expressa a necessidade e carência que os idosos têm em relação ao sentir-se pertencente a um espaço.

Nesse mesmo sentido questionamos os participantes sobre a importância do Grupo Conviver para suas vidas. Todos afirmaram que o Grupo de fato é importante para eles. E para completar essa análise perguntamos por que o grupo é importante em suas vidas. As respostas estão esboçadas seguir.

GRÁFICO 12. JUSTIFICATIVA DE IMPORTÂNCIA DO GRUPO

Fonte: Primária/2010

Durante todo o processo observamos que se sentir acolhido e conversar com pessoas que são de suas idades, apresentam os mesmos interesses, os fazem mais receptivos e elas relatam que se sentem mais respeitados nos seus saberes e conhecimentos.

Novamente as dimensões de lazer e respeito são enfatizadas. Podemos afirmar, portanto, que o grupo tem influência decisiva na vida dos idosos, por propiciarem respeito e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu a compreensão de que o percurso sócio-histórico das políticas sociais foi marcado pela luta de classes do sistema capitalista. O Estado de Bem Estar Social foi um padrão de organização da política social que assegurou políticas sociais universais em alguns países.

No Brasil a política social teve a marca do assistencialismo, sendo que a assistência social por muitos anos foi realizada como benemerência e caridade. A filantropia sempre foi uma marca forte no campo da assistência social, que somente veio a ser assegurada como política pública com a Constituição Federal de 1988.

A aprovação da LOAS em 1993, da PNAS e do SUAS vieram contribuir para sistematizar e garantir os direitos sócio-assistenciais à todo aquele que dela necessitar.

Historicamente foi na área de assistência social que o trabalho com o idoso foi realizado. Mas, foi somente com a aprovação da Política Nacional do Idoso e posteriormente do Estatuto do Idoso que os direitos desse segmento foram melhor definidos.

A mudanças na composição demográfica da população brasileira impuseram novas demandas ao Estado e à sociedade e foi nesta direção que esses mecanismos legais foram criados.

Em relação a velhice pôde-se perceber que é um período de intensas mudanças na vida do sujeito, sejam de ordem física, psicológica e social. Compreende-se também que a velhice é sempre uma questão vista com preconceito por grande parte da sociedade.

A imagem do ser velho está ligada a dimensão negativa da limitação, da improdutividade e muitas vezes da inutilidade. As lutas sociais tem sido dirigidas no sentido de uma mudança cultural em relação a velhice, a qual deve ser pautada no respeito.

Em relação ao Grupo Conviver pudemos traçar também algumas conclusões.

Em relação ao perfil sócio-econômico dos entrevistados constatou-se que estes sobrevivem com um salário mínimo e mantém muitas vezes o sustento de filhos e netos. De tudo pode-se colocar que não dispõe de condições econômicas confortáveis.

No que diz respeito a relação e representação do Grupo Conviver percebeu-se uma nítida vinculação e valorização dos idosos em relação ao Grupo. Os sentimentos mais notáveis foram a dimensão do respeito, do acolhimento e do lazer.

Assim, pode-se colocar finalmente, que o Grupo Conviver é de suma importância para a vida dos idosos, pois se configura como um espaço onde eles podem sentir-se acolhidos, valorizados e principalmente respeitados. É, ainda, um espaço onde o direito ao lazer é assegurado.

Uma questão importante que deve ser ressaltada é que a dimensão da informação não tem assumido o papel que deveria ter. Assim, fica evidente a necessidade de desenvolvimento de estratégias para que estes espaços se fortaleçam na sua perspectiva político-informativa.

O idoso é um sujeito de direito e precisa ser visto como tal. O preconceito é uma questão que precisa ser combatida com a construção de uma cultura de diálogo e respeito às diferenças. Portanto, é fundamental qualificar esses espaços e torná-los cada vez mais propícios ao bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania.** *Política Social – Módulo 03.* Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. **Constituição Federativa da república Federativa do Brasil 1988.** Brasília/DF: Ministério da Educação, 1989.
- BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO.** Brasília. 2003.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993).** Brasília: Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005.** Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004.** Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
- BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.** Brasília. 2003.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
- CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. Lugares de velhos pobres em Grupos De Convivência no Nordeste brasileiro. Acesso em: 29 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/764.pdf>.
- COSTA, Filomena Guterres; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Representação Social da Velhice, Exclusão e Práticas Institucionais. *In: Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas* Vol.1 N°1, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2009. Acesso em 28/11/2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARTINS, Rosa Lopes; RODRIGUES, Maria de Lourdes Martins. Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica. *In: Millenium. Revista do ISPV,* 2004.
- MARX, Karl. **O Capital.** Edição Condensada. Tradução e Condensação de Gabriel Devile. São Paulo: Edipro, 2. ed, 2003. (Série Clássicos Edipro).

MENDES, Walter. **Home Care: Uma Modalidade de Assistência à Saúde.** Rio de Janeiro: Universidade Aberta da Terceira Idade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e COIMBRA, Carlos Everardo. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2002.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida.** São Paulo: Paulinas, 1997.

OLIVEIRA, Verônica Stefania Alves de. **Representação social da velhice por idosos: duas instituições e múltiplas vivências.** Acesso em: 29 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.petpsicologiaufes.com/Anais/anaisIcongresso/pdf/Rep.%20Social%20da%20Velhice%20por%20Idosos%20-%20Duas%20Institui%C3%A7%C3%B5es.pdf>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. 10 ed. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital.** Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ZIMERMAN, Guite I. Velhice. **Aspectos biopsicossociais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

ANEXOS